



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA**

**MARIA HELENA FONSECA DA PURIFICAÇÃO BORGES**

**MUSEOLOGIA E HISTÓRIA:  
DISCURSOS, DITADURA MILITAR E MEMÓRIA ILEGÍTIMA.**

Cachoeira- BA  
2016

**MARIA HELENA FONSECA DA PURIFICAÇÃO BORGES**

**MUSEOLOGIA E HISTÓRIA:  
DISCURSOS, DITADURA MILITAR E MEMÓRIA ILEGÍTIMA.**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Museologia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fabiana Comerlato

Cachoeira- BA  
2016

MARIA HELENA FONSECA DA PURIFICAÇÃO BORGES

MUSEOLOGIA E HISTÓRIA:  
DISCURSOS, DITADURA MILITAR E MEMÓRIA ILEGÍTIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 3 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiana Comerlato (orientadora)  
Doutorado em História com concentração em Arqueologia – PUCRS



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Damasceno Silva  
Doutorado em Ciência da Informação – UFRJ.



Bel. Ary Albuquerque Cavalcanti Júnior  
Mestrando em História Regional e Local – UNEB  
Graduação em História – UFRB

Com amor Para  
Mário, Teresinha, Anderson, Maiza,  
Mariana, Edmilson, Duda e Mário Neto.

## **AGRADECIMENTOS**

Chegar a esta fase da graduação significa para mim, viver intensamente o sentido da palavra GRATIDÃO. Não tenho dúvidas sobre a origem da força que me permitiu passar por esta experiência: DEUS! A Ele, com toda minha força e fé, expressei o meu sentimento maior de gratidão por alcançar com dignidade este momento. Esse sentimento se estende com muito amor às pessoas que me tomaram pela mão para trilhar esse caminho. Minha família, meu esposo, meus amigos e colegas de curso que, cada um à sua maneira doou o que de melhor havia em si, para que eu encontrasse todos os dias o motivo para continuar meus estudos. Acreditem! Cada beijo, cada olhar, cada palavra, cada abraço vindo de vocês representou e representa muito para mim, e traduziu nesses gestos o significado da palavra FAMÍLIA. Muito obrigada por tudo!

Aos professores eu agradeço por tudo o que ofereceram para nós além do profissional, colocando de lado muitas vezes as formalidades e estabelecendo relações de estima para com a turma, de forma que eu pude particularmente sentir que todos os conselhos que nos foram dados para que nossa trajetória no curso fosse bem sucedida, perpassavam a obrigação de lecionar. No meu íntimo eu sentia que nós éramos cuidados, no sentido de sermos acolhidos e orientados por profissionais competentes e, sobretudo, sensíveis ao valor humano. Levarei desta convivência com vocês, mais que o aprendizado acadêmico; levarei ensinamentos para a vida! Muito obrigada!

À UFRB, fica o agradecimento pela acolhida acadêmica, por nos oferecer um corpo docente de mestres e doutores de notável competência e polidez profissional, pelo apoio e incentivo a todas as atividades acadêmicas que pudemos usufruir e pelos demais profissionais que trabalham para que nossa estadia na universidade seja aproveitada ao máximo.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Fabiana Comerlato, antes de tudo por acreditar em mim! Por acreditar no tema que eu escolhi, por me incentivar a trazê-lo para as discussões museológicas - mais uma vez - já que, podemos notar que é um tema apreciado no campo da museologia, porque possibilita diversas abordagens nas áreas de interesse da disciplina no nosso curso, dentro e fora do país. Obrigada por juntas trazermos, essa temática para nossa comunidade! Pelo respeito, pelos conselhos, por compartilhar sua forma de pensar, procurando conduzir-me para um caminho seguro e por me deixar andar com minhas próprias pernas. Muito obrigada!

E por fim, mas nem por isso menos importante, quero agradecer com imenso respeito e admiração ao Sr. Carlos Mello. Por acreditar no meu projeto, por colaborar sem nenhuma objeção à minha proposta de abordagem sobre sua vida, por me apoiar moralmente, pela disponibilidade, pelo respeito, por ao mesmo tempo em que compartilhou suas lembranças também abriu mão do que lhe restava e humildemente me presenteou, e pela oportunidade e o prazer de poder contar sua história. Não tenho palavras para dizer-lhe o quão importante foi a “sua vida” para a “minha vida”. Apenas posso dizer: muito obrigada!

“Disciplina é liberdade”  
Renato Russo

BORGES, Maria Helena Fonseca da Purificação. *Museologia E História: Discursos, Ditadura Militar e Memória Ilegítima*. 88f. il 2016. Monografia (Graduação) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2016.

## **RESUMO**

Esta pesquisa objetiva ampliar a reflexão em torno da problemática da legitimação da memória de resistência ao período da ditadura militar, observando como ela se constitui e suas múltiplas formas de expressão. Para tanto, tomamos como parâmetro o raciocínio de alguns autores que discutem sobre esta temática com a finalidade de refletir sobre como a sociedade se preocupa e como ela substancia tais assuntos em torno do uso da memória como plataforma para justiça e consciência, atribuindo também à Museologia uma responsabilidade social para com a administração dessa memória da sociedade brasileira. E ainda apresentaremos a experiência de entrevistar um ex-militante de esquerda, o Sr. Carlos Mello, sobre sua trajetória na militância política e social, propondo a musealização do registro de sua narrativa como possível contributo para a contínua composição e manutenção da história social.

**Palavras-chave:** Museologia, Ditadura militar, Sociedade, Memória ilegítima.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CUT**- Central Única dos Trabalhadores

**Deops /SP**- Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo

**Dops-BH**- Departamento de Ordem e Política Social de Belo Horizonte

**EUA**- Estados Unidos da América

**FNT**- Frente Nacional dos Trabalhadores

**ICOM** – International Council Museums – Conselho Internacional de Museus

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MR-8**- Movimento Revolucionário Oito de Outubro

**OAB**- Ordem dos advogados do Brasil

**ONGs**- Organizações Não Governamentais

**SESI** – Serviço Social da Indústria

**STF** - Supremo Tribunal Federal

**SUCAM** – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

**UEFS** – Universidade Estadual de Feira de Santana

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**URSS** - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I: HISTÓRIA, MUSEOLOGIA, MEMÓRIA: POSSÍVEIS DIÁLOGOS</b> .....	13
1.1 O Cenário Sociopolítico no mundo: como o Brasil entra em Regime de Ditadura Militar.....	13
1.2 O Contexto Museológico.....	18
1.3 Concatenando os contextos Histórico e Museológico para trabalhar a memória da Ditadura.....	24
<b>CAPÍTULO II: A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COMO EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL</b> .....	27
2.1 Os Grupos Sociais na busca e realização de suas representações.....	30
2.2 As Dinâmicas Governamentais e Sociais.....	34
2.3 Políticas de memória e Justiça de Transição: Baluarte da Memória?.....	40
<b>CAPÍTULO III: MEMÓRIA: POR UMA SOCIEDADE CONSCIENTE</b> .....	44
3.1 Carlos Mello: O Militante que Empunhou Palavras.....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	60
<b>APÊNDICES</b>	
Apêndice A: Carta de Cessão.....	63
Apêndice B: Entrevista.....	64
Apêndice C: Imagens.....	83

## INTRODUÇÃO

Pouco mais de 50 anos após o golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil, este assunto ainda permeia o cotidiano da sociedade devido o passado histórico traumático que a repressão deixou como legado tanto para a geração que resistiu quanto para a geração presente. Esse certamente é o motivo pelo qual os debates em torno desse tema são constantemente discutidos e, em especial com o propósito de fazer justiça e conscientizar as gerações futuras sobre o porquê da não repetição desse passado.

A emergência pela “verdade” acerca dos fatos sobre a ditadura militar brasileira alcança níveis de expressão populares muito fortes, de modo que as cobranças vindas desde as entidades internacionais ligadas aos direitos humanos até à sociedade civil, vem cobrar por justiça e pelo que muito comumente tem se chamado de “reparação simbólica” às vítimas.

No tocante à reparação – e este termo torna-se múltiplo-aplicável – às diferentes categorias de danos que a ditadura causou, seja por tortura, sequestros, mortes e outros crimes, esta veio colocar a justiça e o governo do Estado brasileiro a tentar encontrar maneiras de reparar de formas legais e socioculturais às vítimas e familiares de desaparecidos e mortos. Nessa perspectiva, o que desejamos refletir na presente pesquisa, é como a memória torna-se a principal ferramenta para expressão de uma parte da sociedade que pleiteia legitimar uma “memória não oficial”.

A escolha do tema ditadura militar para elaborar esta pesquisa não aconteceu de forma aleatória, e nem pela coincidência da realidade social enfrentada pelo país no momento presente. Tal escolha parte de um interesse em conhecer mais sobre este passado recente da história política e social do país, que ainda, mais de cinquenta anos depois, está em processo de registro histórico e principalmente literário, posto que por ser um episódio recente, surgem ainda novos fatos e conteúdos a serem considerados, oriundos de pesquisas e apurações de órgãos, entidades, comissões, dentre outros mecanismos que visam alcançar uma justiça por meio do esclarecimento à sociedade sobre todos os crimes contra os direitos humanos e arbitrariedade política os quais o país foi submetido naquele período.

Assim, em meio à crise política que o país enfrenta no momento, especialmente pelas manifestações de grupos populares de oposição ao governo, que talvez não tão

conscientes do legado repressivo da ditadura militar, pedem por uma intervenção militar na presidência, de forma que não se sabe se tais grupos ignoram o passado repressivo e as consequências vitalícias deixadas por ele, ou se de fato acreditam na eficácia desta forma de governo, e por isso reivindicam a atuação militar para solucionar os problemas do país. Esta realidade por sorte veio tornar ainda mais oportuna a abordagem que desejamos trazer, mais em nível de reflexão que uma indagação propriamente dita. Uma vez que optamos por refletir – baseando-se em discussões acadêmicas, científicas bibliográficas acerca do tema – sobre como a sociedade se preocupa com o legado histórico e sociopolítico deixado pelo período ditatorial, de modo que possamos compreender através de sua postura ética no momento presente, a representação e significado desse período para ela.

Desse modo, verificando várias leituras que abordam o tema, percebemos que a memória é o meio pelo qual alguns grupos da sociedade melhor expressa o sentimento e consciência a respeito desse episódio. E sob essa perspectiva desejamos que a reflexão trazida por esta pesquisa possa ser útil tanto para ao público acadêmico quanto para a sociedade visando colaborar não apenas para aprimorar o conhecimento comum de ambas, mas especialmente pelos aspectos que tornam essa abordagem pertinente; como o uso bilateral da memória como forma para expressar repúdio ao período e, respeito e justiça pelas vítimas da ditadura.

Partindo desse pressuposto, e buscando corresponder aos contextos da museologia e da história, na consolidação de seus processos históricos daquele período para o atual, tentamos verificar como a memória se forma dentro da nossa dinâmica social, e como ela se tece dentro de nós. Observando sob a ótica de autores que explicam essa constituição da memória individual e a transposição de suas representações para o coletivo. Ou seja, como podemos transportar o que há em nós para formar a memória coletiva. E assim tentar entender o que motiva uma sociedade (os grupos afins, na verdade) a buscarem a resolução de seus anseios. Também interessa-nos entender a maneira como os grupos que buscam por justiça e memória se formam dentro desta perspectiva, e em prol de uma memória coletiva que o represente.

Ressaltamos que para esta busca utilizamos conceitos de bibliografias para explicar como a memória funciona de forma cognitiva, porém, considerando também que a dinâmica da memória não corresponde a um modelo imutável. Ou seja, não há um protótipo a ser seguido. A memória pode ser sim objeto de cientificismo, ao passo que

pode também contemplar valores morais e emocionais, posto que se trata, de uma habilidade humana que está em constante movimento, e por isso perpassa as expectativas de sua função cognitiva e utiliza-se de valores sentimentais, os quais se equilibram entre razão e emoção. Contudo, tentamos também trazer questões que permeiam a ambiência política governamental e jurídica para explicar como elas são indissociáveis e necessárias na dinamização e consolidação social para que as políticas de memória não só existam como também sejam aplicadas e usufruídas pela sociedade.

Assim, para discorrer sobre tais discussões, aduzimos a estrutura capitular da presente pesquisa. No primeiro capítulo a abordagem é sobre os contextos sociopolíticos e socioculturais que permeavam os campos da História e da Museologia a partir da década de 1960, a fim de compreendermos respectivamente em que contexto a ditadura militar foi instaurada no Brasil, e como as mudanças sociais, políticas e culturais no mundo exigiram que a museologia e o museu se transformassem.

No segundo capítulo, discutiremos o modo como a memória enquanto ferramenta cognitiva apreende e faz as distinções dos fatos, equilibrando-se entre a razão e a emoção para justificar aquilo que permanece nela e passa a ter representação e significado. A partir disso, tentaremos explicar como os grupos sociais (relacionados à memória de resistência à ditadura) se formam e se expressam dentro de uma coletividade, e com base em suas experiências, buscam impor suas perspectivas no processo de constituição da memória que os representam. E ainda, as questões sobre as dinâmicas do governo e da sociedade em prol da memória; política de memória e política de esquecimento; e a política de memória e a justiça de transição como segurança para a memória.

O terceiro e último capítulo vem abordar como a preocupação social em não retroceder a um passado repressivo, pode através das dinâmicas de memória conscientizar a sociedade a respeito disso. Trata ainda de forma breve, sobre a problemática sociopolítica atual e, como é possível para a sociedade e a comunidade acadêmica tirar proveito dessa experiência negativa. Apresentaremos também como exemplo, através da experiência de uma entrevista, o relato de um ex-militante de esquerda sobre sua trajetória na militância política e social, bem como a partir do ensejo desta discussão, propor a futura musealização dos registros de sua narrativa, observando o possível contributo social que sua colaboração pode trazer para a contínua composição e manutenção da história social.

## **CAPÍTULO I: HISTÓRIA, MUSEOLOGIA, MEMÓRIA: POSSÍVEIS DIÁLOGOS**

A vivência em sociedade proporciona uma série de experiências coletivas que são registradas em nossa trajetória humana de diversas formas, logo, nos percebemos fazendo História. Podemos encontrar na Museologia a maneira de contextualizar e, sobretudo cuidarmos dessa imensa e diversificada produção (material ou não) de tais vivências. E naquilo que nós seres humanos usufruímos para além de uma faculdade mental comum, que é a Memória, encontramos meios de construir e, ou de reconstruir a subjetividade dos elementos que compõem a nós mesmos e o nosso meio social, porque nela está justamente o que fomos e o que – não – queremos ser.

Assim, pensando na discussão que Museologia, História e Memória pode nos trazer, neste primeiro capítulo buscaremos situar de forma breve e generalizada, mas nem por isso menos consistente, os contextos sociais aos quais a Museologia e a História estavam inseridos na década de 1960. Uma vez que, para abordar a temática da ditadura militar no perímetro da memória, será necessário trazer alguns aspectos que inferiram transformações sociais não só no Brasil, mas a nível mundial.

### **1.1 O Cenário Sociopolítico no mundo: como o Brasil entra em Regime de Ditadura Militar**

Numa abordagem geral sobre os aspectos políticos, sociais e econômicos que o Brasil viveu por volta da década 1960, é válido ressaltar as medidas que João Goulart vinha traçando desde a renúncia de Jânio Quadros em Agosto de 1961. Fazendo um breve aparato histórico, pode-se destacar o período que compreende a eleição para a Presidência da República brasileira no ano de 1960, para posse no ano seguinte, que elegeu Jânio Quadros à presidência, e o mesmo teve como vice, um candidato de esquerda, era ele: João Goulart (Jango). No entanto, o governo de Jânio durou apenas sete meses, porém com a vacância da Presidência da República, Jango enquanto vice-presidente não pôde assumir. Como enfatizou Napolitano (1998) Jango era o principal herdeiro do “*varguismo*”, e isso gerava desconfiança por parte da elite, alegava-se que

Jango supostamente seria um Comunista, pois, no ato da renúncia de Jânio, Jango encontrava-se numa viagem diplomática à China Comunista, o que fortalecia o discurso dos opositores a Jango. Entretanto em 1963 por meio de um plebiscito João Goulart teve a sua posse constitucional concedida, daí em diante ele inicia uma tentativa de melhoramento social por meio de reformas de base em seu governo. Para tanto, Caio Navarro de Toledo (2004) expressa que Abril de 1964 vem se apresentar como um golpe em duas vertentes; por um lado, contra as reformas sociais que vários setores populares apoiavam, por outro lado, era um golpe contra a democracia que havia sido instituída em 1945 quando pôs fim a ditadura do Estado Novo.

Nesse sentido vale ressaltar o contexto internacional que veio influenciar os aspectos sociopolíticos de países – segundo os Estados Unidos – “propensos” a ameaça de processos comunistas, conforme podemos observar sob a ótica de Daniel Aarão Reis Filho:

Viviam-se então os tempos de *guerra fria* entre os EUA e a URSS. As duas superpotências empenhavam todos os recursos no sentido da polarização das contradições existentes em escala mundial em torno de seus interesses universalistas e expansionistas. [...] Nos anos 50 e 60 do século 20, no âmbito do então chamado *terceiro mundo*, a *guerra fria* tornara-se *quente*. Embora fosse possível relacionar processos de transição pacífica, marcados pela conciliação, o que predominava no imaginário, na mídia, no vocabulário e no terreno, era o confronto violento, a luta armada, reformas arrancadas pela força, guerrilhas e revoluções sociais. (REIS, 2004, p. 33)

De acordo com a elucidação do autor podemos perceber que a década de 1960 foi marcada por diversos acontecimentos nas diferentes esferas que regem a ordem social no mundo. A tensão mundial em meio a essa transição de ordem influenciou no comportamento das sociedades ansiosas pela construção ou pela retomada de suas vivências sociais, suprimidas por guerras, ditaduras e outros conflitos políticos.

Nesse ínterim, o contexto da Guerra Fria como resultado da divergência de ideais políticos e econômicos entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS) – maiores potências mundiais no cenário pós-guerra – culminou neste agudo capítulo da história recente mundial, onde os mencionados países por conta de interesses de ordenamento socioeconômicos protagonizaram transformações nas sociedades mundiais

na tentativa de recrutar aliados para apoiar as formas de poder econômico que cada um defendia e desejava difundir como cultura e estrutura socioeconômica. Assim, os Estados Unidos pelo capitalismo, e a União Soviética pelo socialismo duelaram pelo domínio econômico mundial. Essa guerra se caracterizava em altas investidas econômicas, científicas, tecnológicas e políticas por ambas as partes, no propósito de conquistar o *status* e o real domínio como maior potência mundial por estas vias.

Nesse período, em vista dos reflexos dos conflitos vivenciados de forma comum e quase que simultânea pela sociedade mundial, principalmente a América Latina que entre as décadas de 1960 e 1970 foi acometida por tomadas sucessivas de poder sob forma de ditadura, de modo que uma camada social desta começa a compartilhar no cenário sociocultural e político um comportamento dissidente, e a resistência contra as formas totalitárias e ditatoriais de governo vem ser a principal bandeira levantada pelas camadas sociais oprimidas em vários países no mundo.

A consequência desse jogo de interesses quando da corrida dessas potências econômicas mundiais no recrutamento de aliados, acabou por resvalar também na América do Sul onde o primeiro recruta dos Estados Unidos foi o Brasil. O envolvimento dos dois países submeteu a sociedade brasileira a uma ditadura militar que total e dissimuladamente foi articulada pelos Estados Unidos, uma vez que temia a rejeição do expansionismo capitalista no Brasil, onde para eles (Estados Unidos) havia supostas ameaças de simpatia ao comunismo. Assim, Carlos Fico destaca:

[...] o Brasil tinha importância apenas relativa para o governo norte-americano. Embora fosse verdade que tal importância estratégica viesse diminuindo desde a Segunda Guerra Mundial, a problemática cubana ensejou a Aliança para o Progresso e, no caso brasileiro, tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista, justamente no maior país da América do Sul, algo que ampliaria a órbita de influência comunista. Esse cuidado explica a campanha de desestabilização de Goulart e o apoio ao golpe. (FICO, 2008, p. 41)

De forma mais genérica, esse foi o motivo que desconfigurou a recente e breve retomada da democracia brasileira (República Liberal 1945-1964) pós Era Vargas



(1945) pela ditadura militar que durou de 1964 a 1985. Após a instauração da ditadura militar, intensificaram-se as repressões, a sociedade via-se em falência dos seus direitos, e em contrapartida ao autoritarismo exacerbado, pessoas de diversos setores partem rumo a um único objetivo: o retorno democrático. Para coibir as ações populares, as modificações dos militares partiram da Constituição, com a implementação dos Atos Institucionais que por sua vez feriram e ceifaram os direitos garantidos constitucionalmente.

Marco Mondaini (2009), expressa que o golpe de 1964 desconstruiu a maturidade democrática que o país iniciou no ano de 1945, que foi se desenvolvendo aos poucos por volta dos anos de 1950, quando a camada social menos favorecida do país começou a exigir que fossem revistas as transformações que beneficiavam a classe dominante. O autor ainda ressalta que a conspiração das Forças Armadas, da Igreja Católica, das burguesias nacional e internacional e mais os latifundiários, articularam o golpe e lhes deram tamanha força que foi possível a instauração de um regime político ditatorial. Para explicar como esse apoio de uma determinada camada da elite detentora de poder econômico e social, foi crucial para que os militares pudessem governar e ultrajar os direitos da sociedade brasileira, o autor expressa:

Assim, nos seus 21 anos de existência, a Ditadura Civil-Militar brasileira conseguiu construir uma nação, desenvolvida no plano econômico, ao mesmo tempo em que acentuava os níveis de desigualdade social e regional. Tudo isso tornando praticamente nulas as liberdades individuais e coletivas e pisoteando sem tréguas os direitos civis e políticos. (MONDAINI, 2009, p.58)

Desse modo, não é difícil compreender a forma como os direitos humanos e civis dos brasileiros foram subjugados em vista da endêmica e ofensiva soberania militar, e menos ainda ignorar a justificativa para a iniciação das manifestações populares contra o regime vigente, como os Movimentos Estudantis e as Dissidências (que significa no sentido amplo da palavra; discordância/divergência) que também abriram caminho para outros setores da sociedade exprimirem suas insatisfações civis. Outro artigo que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e que

expressa o direito de todo ser humano em ter participação no governo do seu país é o Artigo 21, que diz:

1. Todo ser humano tem direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade do povo. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Diante de tal consideração, entendemos pelo explícito fato que hoje figura em inúmeras bibliografias e ficou historicamente registrado em todos os veículos de mídia e notícia do país e do mundo, o modo como esse e tantos outros direitos humanos foram violados pela Ditadura Militar no Brasil.

Neste âmbito de arbitrariedade que o país vivenciava, dá-se o ápice das manifestações dos grupos de esquerda por todo o território nacional, e iniciam-se as formações e articulações de grupos revolucionários de várias vertentes e ideologias, porém, com o mesmo propósito da derrubada militar. Daniel Aarão Reis destaca em “Ditadura Militar: Esquerdas e Sociedade” que muitas pessoas se negam a estabelecer qualquer tipo de identidade que atualmente ligue-as à ditadura militar. O autor ainda expressa que foi após três décadas do ano de 1968, que por meio da mídia a sociedade conseguiu expressar seu repúdio à ditadura e conclui: “Celebrou os vencidos de então e condenou sem piedade os poderosos que mandavam e desmandavam no país” (REIS; 2002).

Para além, Aarão Reis (2002) enfatiza que frequentemente as versões acerca da ditadura, a caracteriza como sendo a responsável pela luta armada, de modo que esta se justificara pelo fato de não ter alternativas mais cabíveis contra o autoritarismo. Foram 21 anos de regime arbitrário e violação de direitos civis e humanos. Diante da opressão da ditadura, os grupos populares da sociedade brasileira começam suas lutas em diferentes classes (estudantes, operários, sindicatos, artistas, etc.), mas, com o objetivo comum de derrubar o regime político vigente, e por isso foram considerados de grupos resistentes.

## 1.2 O Contexto Museológico

[...] Está dito, na definição do ICOM, que se trata de uma *instituição* a serviço da *sociedade* e de seu desenvolvimento. O que significam estes dois termos fundamentais? Mas, acima de tudo – e as definições não respondem a esta pergunta –, por que os museus existem? Sabemos que o mundo dos museus está ligado à noção de *patrimônio*, mas vai, ainda, muito além disto. (MAIRESSE; DESVALLÉES, 2013, p.22)

Elucidar aqui, através desta fala dos autores, tão bem articulada sobre a abrangência do termo e significado mais geral do que é museu, está adequadamente pertinente nesta abordagem porque entendemos as peculiaridades, aplicações e tantas outras propriedades das atividades de um museu.

Porém, o público, (que para o museu se configura em sociedade) não agravando a toda a sociedade, generaliza as distintas – mas que formam um todo – atividades que os museus estão aptos a fazer para agregar conhecimento ao desenvolvimento do homem por meio da reflexão de sua própria História. O seu olhar unilateral superestima tanto a vocação quanto o valor enquanto ferramenta para o conhecimento, que uma vez diante de suas expectativas em relação à instituição acaba por não observar todas as etapas pelas quais o processo museológico se faz indispensável para aquilo que ele (público) ao final tem diante de si para contemplar e refletir. Supondo que isso signifique que a relação instituição-público esteja sendo em sua maior parte o mais proveitosa possível, e levando em conta uma visão extremamente particular de que o maior patrimônio das instituições museológicas será sempre o público, porque senão para ele, para quem ou quê seria o museu, isso pode quem sabe, talvez, ser uma das respostas que pode ser dada à pergunta sobre o porquê de sua existência.

Este comentário propositalmente precede a fala seguinte sobre o contexto museológico na década de 1960, porque foi justamente nessa época que os profissionais de museu engatinhavam a caminho de mudanças que fariam, por exemplo, mais tarde, o ICOM – Conselho Internacional de Museus – definir o conceito de museu que temos hoje. Portanto, refletimos sobre o contexto museológico daquela época nos parágrafos subsequentes.

As transformações no universo museológico acontecem concomitante e coincidentemente – talvez nem tanto assim, porque não poderia a museologia mudar sem que antes a mudança do mundo lhe obrigasse a isso – com as transformações sociais que a tensão sociopolítica proporcionava à sociedade mundial. Numa época em que os museus europeus lidavam com a surpresa da dispersão do seu público em direção às novas formas de museu, estes surgiam apoiados por expressões de grupos que questionavam o caráter cultural dessas instituições conservadoras e consideradas burguesas (DUARTE, 2013). Percebe-se a década de 1960 como um tempo de importantes acontecimentos históricos que determinaram o momento presente.

Nesse contexto, a crise oriunda dos conflitos sociais, culturais e políticos é também motivação para uma reflexão da classe museológica sobre a sua real contribuição enquanto uma ciência social com responsabilidade para com a sociedade, e provoca na mesma a iniciativa de questionar e reformular seus próprios conceitos aproveitando o ensejo das transformações sociais que a sociedade mundial atravessava. Nesse sentido cabe o raciocínio de Alice Duarte que traz:

O contexto social de forte questionamento e mudança que marcou a década de 1960 não permitirá que o museu passe incólume por esse período. Mas, por outro lado, a inserção do museu nesses movimentos sociais e a exploração dinâmica das suas coleções exigia uma verdadeira metamorfose da instituição. A letargia dominante será removida através de duas linhas de renovação distintas: 1) o projeto e o ideal político de democratização cultural com a ajuda do museu, e 2) a eleição do museu e suas práticas como campo de reflexão teórica e epistemológica. Em ambos os casos será importante o contributo dos museus etnográficos e da antropologia. De cada uma dessas linhas de renovação resultarão, todavia, nos anos de 1980, conjuntos de desenvolvimentos que se constituirão como a vertente mais francófona e a vertente mais anglo-saxónica, respectivamente, da designada Nova Museologia. (DUARTE, 2013, p.100)

A classe entendia que o museu não precisava de mudanças apenas por si mesmo, mas, sobretudo porque a sociedade também estava vivenciando uma mudança de comportamento, e isso acarretaria na necessidade de uma nova composição teórica e

técnica que trouxesse um novo museu que se integraria às suas comunidades para poder atendê-las de acordo com as suas novas percepções e expectativas de mundo, e que trocassem experiências ao invés de manter a antiga relação de uma subserviência estritamente cultural e muito mais dedicada às camadas elitizadas que às populares.

Essa inquietação é embrionada nos primeiros movimentos socioculturais do gênero na França no ano de 1968 (DUARTE, 2013), e foi o verdadeiro impulso para um apelo interno à classe que se pôs ativa e disposta a consolidar mudanças significativas para a museologia.

[...] A instituição museológica, ela própria, emerge como pertinente objeto de estudo para diversas áreas disciplinares, já que as “velhas” narrativas por si veiculadas – representações sobre as culturas, a ciência, a arte, o povo, a nação, o império, a classe, a raça – deixam de ser tidas como “certas” ou “verdadeiras”, passando a ser entendidas como merecedoras de escrutínio crítico e reavaliação. (DUARTE, 2013, p. 105)

Nesse sentido, a fala da autora ajuda-nos a compreender um sentimento sempre presente e também motivador para a constante aprimoração teórica e técnica do museu; que é o sentimento do dever de transmissão de conhecimento. Não poderá o museu ser ferramenta de conhecimento sem atualizar-se, sem estar em conformidade com o movimento do mundo.

Assim, é possível compreender que as transformações socioculturais ocorridas no final da década de 1960 em torno do universo do museu precederam e motivaram reflexões na classe museológica. Poucos anos mais tarde, uma das iniciações dessa preocupação reflete-se na realização de encontros para discutir novos caminhos para a Museologia.

A Mesa Redonda de Santiago do Chile realizada pelo ICOM e convocada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – no ano de 1972 a fim de conferir uma nova atribuição social aos museus da América Latina, reúne seus membros e resolvem diante dos problemas abordados (as problemáticas sociais, políticas e econômicas que acometia a sociedade daquela época) que seria necessário a intervenção do museu na vida das comunidades para trazer-lhes melhorias através do conhecimento. E assim, as considerações levantadas nesse

encontro dos profissionais de museus resultaram num documento que decidiu novos parâmetros e princípios para a atuação de um museu integral a ser adotado pelos museus da América Latina. Em 1984 com a Declaração de Quebec os novos princípios estabelecidos para a atuação dos museus da América Latina pela Mesa Redonda de Santiago do Chile vêm reforçar e pedir o reconhecimento do novo papel do museu, e mais tarde, a Declaração de Caracas em 1992, consolida tais perspectivas além de trazer propostas de novas interações sociais e profissionais para o museu que precisava corresponder às expectativas do século XXI. Surge aí, a Nova Museologia.

Embora tais documentos tenham alta representação na trajetória da busca e claro, também realizações provenientes dessa iniciativa, e as mudanças positivas na área que emblemaram novos conceitos e aplicações museológicas, podemos também observar que a museologia como uma das disciplinas das ciências humanas que em sua rotina lida com a complexidade de elaborar caminhos para relacionar o indivíduo com seu próprio legado histórico, vê-se também em dificuldade de traduzir esses caminhos em literaturas para que a comunidade profissional usufrua de conceitos e práticas que concretizem plenamente e sem a sensação de deixar lacunas, a antiga proposta da Nova Museologia.

Isso pode ser percebido, no pensamento de Manuelina Cândido (2003) quando destaca que mesmo com o reconhecimento da classe museológica em relação às necessárias inovações tanto na teoria quanto na aplicabilidade dos processos museológicos, ainda é perceptível o pouco volume de produções que consolidem experiências profissionais e também acadêmicas responsáveis por um desenvolvimento mais abastado da museologia, especialmente no Brasil. Assim, a autora comenta:

Em meio a tal ampliação conceitual, porém, os resultados têm sido experimentos localizados, profícuas aplicações ainda pouco debatidas, analisadas e sistematizadas, notadamente no Brasil. Aqui, as lacunas na formação de profissionais e o reduzido diálogo entre estes alargaram ainda mais o vácuo na produção científica e na sistematização do pensamento dessa área. (CÂNDIDO, 2003, p.13)

Dessa forma, a autora explica-nos o porquê da importância da construção do elo dos profissionais com o suporte teórico para uma melhor aplicação dos processos museais. Em seu pensamento, para falar do caso brasileiro, além de salientar sobre essa dissintonia, ela argumenta que a museologia pode e deve encontrar na cultura o respaldo para desenvolver seu potencial, e que por meio desta pode transcender antigos conceitos, sob novas perspectivas de patrimônio em parcerias com outras disciplinas.

Toda essa preocupação finda no questionamento do que o museu pode oferecer, ou seja, diante de mudanças intensas e sem volta a que o mundo se deparou, ficou notório a imprescindibilidade de um novo papel para o museu. A fala de Cândido (2003) dialoga com a discussão de Maria Célia Santos (2002) que reflete sobre os conflitos enfrentados pelo museu desde a década de 1960 e que embora tenha encontrado maneiras de enfrentá-los, nem todas as problemáticas foram solucionadas, e que ainda – algumas antigas e outras muito atuais – permeiam o universo museológico. Ela salienta que em decorrência do questionamento extraprofissional em torno do museu, houve uma mudança no conceito de patrimônio. E destaca:

Nesse contexto, o conceito de patrimônio é revisto e ampliado, considerando-se o meio ambiente, o saber e o artefato e o patrimônio integral. Vários grupos contribuem para essa nova conceituação, como os ecologistas, os diferentes países emergentes do colonialismo, que reivindicam o retorno dos bens pilhados ou expatriados pelas sociedades ocidentais, os grupos socialistas ou socializantes que reclamam, em nome do patrimônio coletivo, uma acessibilidade aos monumentos, às coleções dos museus, que antes eram patrimônio privado ou reservadas aos detentores do “saber”. (SANTOS, 2002, p.96)

De outro lado, podemos perceber que embora a simultaneidade de acontecimentos dentro e fora do museu viesse definir respectivamente novos conceitos e parâmetros de ações museais para a Museologia, e uma nova ordem sociocultural para o mundo, isso não tenha sido uma mera consequência. Porque conforme o pensamento da autora, todas essas transformações sociais engendraram o desenvolvimento de uma consciência popular que desejava libertar-se das bases dominantes (SANTOS, 2002).

Ou seja, houve uma transcendência dos interesses – reivindicações– da sociedade sobre as formas de domínio que regiam os acontecimentos naquele momento, o que viria culminar em algo maior. Assim a autora comenta que:

Percebe-se um painel de diferentes acontecimentos, de diversos cortes, marcados pelos golpes e pelas revoluções, resultado dos investimentos dos países imperialistas, que procuram reagir à onda de contestação e às lutas revolucionárias da década de 60, cuja consequência é a implantação das ditaduras militares na América Latina, a ampliação da intervenção na Indochina, o reforço aos governos colonialistas e de *apartheid* na África e a sustentação da política israelense no Oriente Médio. (SANTOS, 2002, p.97)

Pode-se ver aqui o entrelaçamento dos contextos histórico-político com o museológico. E observando esta nota, podemos compreender que o nascimento da Nova Museologia se deu sob a incontestável necessidade de uma mudança *in situ* museológica, mas, sobretudo, pela urgência do museu fazer algo mais consistente para a sociedade. Isso implicava em sua intervenção no meio social para ajudar no enfrentamento de seus múltiplos conflitos por meio da transmissão de conhecimento, ao mesmo tempo em que, tornava-se uma oportunidade de abster-se do egocentrismo cultural que não o expandia enquanto “disseminador” de cultura.

Tais conjunturas nos fazem entender os aspectos que foram determinantes para o surgimento da Nova Museologia, bem como os avanços na disciplina refletidos no que dispomos hoje em termos de teoria e prática, além de deixar evidente, os motivos pelos quais o museu se apresentava com um novo papel que ia além do social e enveredava também para o lado pedagógico – educação –, pontos muito debatidos nos documentos oriundos do Movimento.



### 1.3 Concatenando os contextos Histórico e Museológico para trabalhar a memória da Ditadura

A reação a estes acontecimentos iniciou um processo de transformações que substanciaram e elegeram a partir daquele momento uma nova ordem social que foi pleiteada sob diversos conflitos sociais, culturais e políticos, e no Brasil não foi diferente.

Aqui a museologia embora respaldada por novos princípios teóricos e técnicos, não tem ainda nesse momento o caráter de representação cultural que apenas num tempo futuro traria a oportunidade de abordar certo tipo de temática que favoreceria de forma sociocultural uma camada da sociedade que ante aos conflitos sociais que enfrentava, estaria ameaçada de não ter enquanto grupo oprimido daquela sociedade, a sua vivência relatada para as gerações posteriores por conta da ditadura que lhe tirava não só o direito de se expressar, mas também de se fazer existir.

Nesse sentido, cabe trazer o papel e a importância da memória como garantia do reconhecimento de grupos sociais que tiveram na resistência de suas lutas o incentivo na busca pelo seu lugar na sociedade.

A preocupação social na busca pela recuperação da memória é de certa forma um desdobramento de uma inquietação maior, se pudermos refletir que o surgimento da Nova Museologia é a matriz dos questionamentos que a classe museológica passou a fazer a si própria em decorrência de sua apreensão em torno dos limites e tradicionalidade teórica e técnica sustentada pela antiga museologia. Seja qual for a melhoria nos parâmetros teóricos e técnicos na busca de uma nova aplicabilidade dos processos de um modo geral, isso beneficiará também as ações que fomentam a memória, posto que principalmente para a institucionalização da memória realizam-se quase que de forma imprescindível alguns processos museológicos.

Na recente história política do país, o período da Ditadura Militar compreendido entre 1964-1985 abriu um leque de reflexões e questionamentos dentro da sociedade brasileira, principalmente intencionando não apenas o esclarecimento dos fatos ocorridos, mas, sobretudo, o não esquecimento moral e histórico dos mesmos, a fim de não deixá-los impunes.

A discussão em torno desse episódio histórico em diversos setores da sociedade brasileira principalmente no setor político demandou mais que projetos de leis, comissões para investigação e criação de lugares para a preservação da memória relativa ao período, dentre outros tipos de expressões culturais, políticas ou jurídicas que promovessem a oportunidade de se falar sobre isso. É percebida nitidamente a necessidade da postura ética que a sociedade brasileira precisou apresentar frente a esse passado conflitante, sobretudo, mais que à sociedade atual, às vidas dos sobreviventes e à memória das vítimas.

É preciso compreender o modo como a sociedade toma “essas dores”, como reflete sobre esse passado e de que forma pretende tratá-lo no futuro. Será que a sociedade se sente na obrigação de ir além dos esclarecimentos, digamos de uma “justiça moral” do agora, e começar a perceber-se fomentadora e mantenedora dessa memória?

A partir disso buscaremos entender como se dá a percepção e comprometimento dos diversos setores sociais em relação a este episódio, e saber como a sociedade substancia política, justiça, informação e memória. De modo que isso esteja refletido na existência ou na criação de instituições governamentais ou não, lugares de memória, movimentos sociais e culturais que tenham exímia representação nesse sentido. Garantindo para a sociedade um autoconhecimento, proporcionando às pessoas uma reflexão consciente acerca da Ditadura Militar sem sofrerem influências literárias ou políticas, mas a partir dessas encontrarem subsídios e informações e assim construir suas críticas partindo de suas próprias reflexões.

Os lugares reservados à memória se pensados como canais de conhecimento para melhoramento intelectual, na perspectiva de um novo comportamento social e político capaz de fazer as pessoas refletirem sobre momentos específicos de um passado aos quais não se deseja retroceder, e motivá-las na construção de um presente consciente de responsabilidades sociais e políticas, poderão proporcionar no futuro um legado histórico e social mais apreciado pelas novas gerações. Estes lugares de culto à lembrança além de propiciar respeito e dignidade às vítimas, também serão um reforço para o clamor da sociedade pela não repetição desse passado.

Logo, combinando os contextos da Museologia com a História queremos fazer fluir um diálogo reflexivo para tratar da Memória política da ditadura militar no país através do que ambos os campos do conhecimento oferecem como estímulo e esforço

concreto para que sejam possíveis essas memórias. Buscaremos abordar o que já foi feito em relação a esta temática a nível cultural, e em particular dentro das diversas possibilidades da Museologia, trazer o que de consistente ela fez para tornar possível a existência de lugares ou monumentos, ou ainda outras formas de manifestar a memória desse período, se os protegem enquanto patrimônio e como, exercendo assim mais que a sua função primordial, e dar voz a passados subterrâneos sedentos pela oportunidade de se expressar.

## **CAPÍTULO II: A CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA COMO EXPERIÊNCIA SOCIOCULTURAL**

Acreditamos que é possível atribuir à necessidade de um indivíduo de encontrar um significado para a sua experiência social e com isso, conseqüentemente a sua identidade, às motivações pelas quais estão justificadas a gama de dissensões sociais, políticas e culturais travadas ao longo da caminhada humana.

O ambiente coletivo naturalmente promove essas relações de conflito, uma vez que também é natural entre indivíduos a disputa pelo poder. Nesse processo de estabelecimento de ordem na convivência social, a hierarquia de classes sociais e poder político acabam por influenciar comportamentos, mas, sobretudo pontos de vista acerca dessas divisões de poder e designação de papéis sociais.

Se observarmos que um modo de vida estabelecido e imposto por um grupo dominante certamente irá causar contrariedade a uma minoria, sabemos que este grupo que não recebe benefícios desejará encontrar maneiras para que suas ideias e necessidades também sejam atendidas, uma vez que se sinta prejudicado socialmente isso implica em reivindicar direitos.

No decorrer de nossas experiências sociais nos encontramos de forma inevitável suscetíveis ao acúmulo de aprendizado e das disposições (práticas) oriundas do nosso livre arbítrio enquanto indivíduos conscientes dos resultados de nossas escolhas, mas também totalmente circunstanciados a vivenciar um presente efeito de um passado. Neste presente, o passado apresenta-se como uma espécie de fenômeno moral que estabelece e categoriza os acontecimentos a serem considerados entre um tempo e outro, num processo de seletividade natural daquilo que terá significado, como uma chave que abre ou tranca portas de lembranças, e assim decidimos quais serão abertas (para aproveitamento daquilo que deve permanecer) e quais serão fechadas (como encerramento de um ciclo).

Cabe aqui assinalar e ressaltamos que de maneira introdutória, o modo como lidamos com esse processo, e distinguir os tipos de memória que constituímos de forma consciente ou inconsciente.

Em nosso comportamento mais corriqueiro sem que nos demos conta, executamos tarefas ou mesmo agimos de forma espontânea em nossas diversas

expressões orientados por um tipo de memória que não assume significados, pois tem a função apenas de nos intuir e nos ajudar a executar as nossas disposições racionais. Dessa forma, denominada de protomemória por Joël Candau (2011), esse tipo de memória se dá pelo exercício mais comum de nossas faculdades mentais. Nesse aspecto Candau destaca: “O *habitus* como experiência incorporada é uma presença do passado – ou no passado -, ‘e não a memória do passado’. A protomemória, de fato, é uma memória “imperceptível”, que ocorre sem tomada de consciência” (Candau, 2011, p.23).

Seguindo o raciocínio do autor, podemos entender que muitas coisas ou ações que fazemos são respostas que damos involuntariamente aos mais variados estímulos que recebemos desde aquilo que corresponde às necessidades normais do nosso corpo até às que recebemos do ambiente externo e a correspondência com outros indivíduos. Exemplo disso pode ser o gesto de corresponder a um aperto de mão. Não precisamos apreender esse gesto antes como algo a ser lembrado, uma vez que se trata de uma atitude tendenciosa (Candau, 2011). A lembrança como válvula de função dupla que impulsiona, mas também freia, controla o fluxo do que permanece e do que é esquecido pela memória, de certa forma organiza a partir dessa dinâmica cognitiva e também sem dúvidas, emocional, o processo de construção da memória e sua articulação no ambiente social humano em todas as suas atribuições.

A cada dia vivido armazenamos em nossa memória tudo que experimentamos enquanto aprendizado, emoções, atitudes e, claro, as situações externas a nós. Porém, falando grosso modo, em meio a esse turbilhão de informações que recebemos reteremos em nossa memória apenas aquilo que tenha um caráter representativo. Algumas lembranças serão descartadas gradativamente e outras de forma imediata se consideradas sem importância. Nesse sentido, Michael Pollak (1989) comenta em seu artigo *Memória, Esquecimento, Silêncio*, sobre a tentativa de Maurice Halbwachs (1968), em alertar sobre esse processo de seleção e o conseqüente consenso que permeia tanto a memória individual quanto a coletiva, e reporta-se às palavras de Halbwachs:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os

outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum.  
(POLLAK, 1989, p.3 e 4)

Confiado em tal pensamento, Pollak (1989) propõe que os fatos sociais passem a serem observados não mais como o que se apresentam (o fato em si), mas sim como se tornam o que se apresentam (processo que o levou constituir-se fato), e que para o autor indica uma oportunidade de constituir e formalizar memórias no ambiente coletivo. Assim, ao acompanhar o pensamento de Pollak (1989) em relação ao de Halbwachs (1968), podemos compreender que há também as experiências vividas de forma coletiva, que pode ser o compartilhamento de um momento comum a um grupo, embora isso não signifique dizer que as sensações advindas dessa experiência sejam as mesmas para cada pessoa inserida nesse grupo ou coletividade.

Assim, Candau (2011), frisa sobre esse tipo de memória constituída a partir do que ele vem chamar de metamemória, que em seu significado mais amplo detém-se a auto representação que o individuo faz da sua memória. A metamemória como forma individual de apreensão não nos permite compartilhar de forma coletiva tais experiências muito embora se caracterizem como genuínas representações da memória. Para explicar melhor; o que um individuo pode vir compartilhar relativo à sua memória particular com o grupo ao qual está inserido não caracteriza a formação de uma memória coletiva, pois cada pessoa percebe a mesma coisa de forma diferente. O que realmente possibilita a formação da memória coletiva é o interesse em comum que todos do grupo tenham por algo. Dessa forma, embora percebamos diferenças na linguagem dos autores Pollak e Halbwachs, não se pode negar que seus respectivos raciocínios têm semelhança com o de Candau. Por isso, quando aplicada a grupos, Candau salienta:

De fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo.  
(CANDAU, 2011, p.24)

É nesse processo de seleção que os fatos são filtrados e ganham seus valores. Mas é válido ressaltar que esse processo não é de nossa total autonomia! Individualmente temos sim a capacidade de selecionarmos de forma cognitiva e emocional o acervo da nossa memória, porém o que vivenciamos em grupo ou nos é transmitido pela coletividade é armazenado de forma consensual ou ainda nos é apresentado como referencial de lembrança a ser agregado à nossa memória. Pode-se inferir a esta questão os lugares de memória, monumentos, tradições e os demais elementos socioculturais que compõem tudo o que vivenciamos em coletividade. Nesse sentido, observamos a formação da identidade e a locação do seu significado, bem como a apropriação do seu uso remetido à memória para a expressão de grupos.

Com esta fala, procuramos apontar e compreender como se dá através das nossas experiências esse processo de constituição e nutrição da memória a partir do que apreendemos e consideramos ao longo de nossas vivências cotidianas, além de perceber que estas influenciam o presente e futuro.

## 2.1 Os Grupos Sociais na busca e realização de suas representações

Antes de falarmos sobre os grupos e seus mecanismos para se fazerem presentes na memória da sociedade, vamos fazer uma rápida retrospectiva de alguns momentos da estrutura de memória que usufruímos hoje.

Os países da América Latina, bem como o Brasil na América do Sul, que passaram por regimes ditatoriais e hoje vivem em democracia, buscam por formas legais através das políticas de memória a legitimação das memórias dos grupos subjugados no passado, e a importância de sua luta política.

Partindo desse pressuposto, Pierre Nora (1993) nos explica a justificativa dos grupos em impor suas memórias, quando ele argumenta que as memórias dos grupos não são espontâneas. No entanto, de forma racional ele nos mostra que em decorrência das dificuldades de inserção da “verdade” de uma minoria à história, e também acompanhada de um sentimento de medo de que “se não for imposto, não será lembrado”, começamos a entender o porquê das comemorações, celebrações, datas comemorativas e tantas outras formas de lembranças que obrigue a sociedade a não

esquecer determinado passado. Assim, parece pertinente associar o pensamento do autor às tentativas de sobreposição das políticas de memória às políticas de esquecimento, uma vez que é nítido os esforços dos grupos em se expressarem.

Em consonância com o pensamento de Nora (1993) e buscando pontuar sobre o papel e a importância da memória como garantia de reconhecimento de grupos resistentes - conforme mencionado no último item do capítulo I - podemos aduzir aqui exemplos de “memória imposta”, mas que são válidas como mecanismo e garantia para o reconhecimento desses grupos que buscavam seu lugar na sociedade.

Um exemplo de destaque atual vai para a capital baiana, Salvador, onde no ano de 2014, um colégio estadual modificou o seu nome que homenageava o general presidente Emílio Garrastazu Médici, para Colégio Estadual Stiep Carlos Marighella – guerrilheiro baiano de esquerda que lutou contra a ditadura –, após acontecer na agenda pedagógica do mesmo, seminários que tratavam do período ditatorial no país. Tais seminários ensejaram um plebiscito no colégio em que participaram alunos e comunidade, que conscientes de seu passado histórico sociopolítico encontraram no aprendizado escolar o respaldo para pleitear e exercer cidadania. O resultado levado à Secretaria de Educação do Estado foi acatado, e foi concedida a mudança do nome ao prédio escolar. Atitudes como esta nos leva a pensar que a sociedade se preocupa com o futuro, e que este grupo buscou ocupar seu lugar no meio social, ao escolher nesse caso ser representado por uma lembrança positiva através de um nome da resistência que no passado lutou pela causa popular.

Logo, não se pode deixar de reconhecer que a informação conscientiza as pessoas sobre o contexto social a que estão circunstanciadas, e por isso exercer cidadania através da memória é uma consequência do pensamento crítico que desenvolveram e aguçaram por meio da conscientização social sobre os processos histórico-social que determinou o presente que vivenciam. Portanto, é justo que usufruam da liberdade de poder expressar, conviver e determinar os signos que as representam positivamente.

Uma forma de expressão que através da literatura tornou-se um ícone entre as bibliografias de memória à resistência da ditadura militar é o livro *Brasil: Nunca Mais*, escrito por D. Paulo Evaristo Arns, publicado no ano de 1986. Sobre ele, o autor João Roberto Martins Filho (2003) faz um notório comentário acerca de sua relevância para a literatura memorialística sobre o período ditatorial no país; “A memória militante sobre



a ditadura militar ganhava, assim, um público significativo, para um país de relativamente poucos leitores”. Em seu artigo – o qual, por si só, também já é um destaque dentre as literaturas de memória –, Martins Filho lembra ainda bibliografias de outros autores sobre memória de resistência, que de forma destacada compõem – qualitativamente – o acervo da estante brasileira. Tais como: *Tortura. A história de repressão política no Brasil* (1979); *Batismo de Sangue - Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella* (1981); *Tirando o capuz* (1981); *Dos Filhos deste solo* (1999); *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade* (2000), dentre outros. (FILHO, 2003).

No Brasil as políticas de memória vigentes viabilizam e apoiam as diferentes formas de manifestações de memória e garantem também (ao menos no presente) a sua existência. No entanto, como todo exercício de resistência tem seus percalços, há também nesse caminho as políticas que vão na contramão dessa oportunidade democrática (também de forma legal) para que esse direito à memória seja usufruído pela sociedade em sua plena compreensão e honra.

Um exemplo disso é a Lei de Anistia. Que ao ser exigida de forma ampla e irrestrita pela classe oprimida, nas ruas e praças do país, para que os exilados por subversão pudessem retornar à sua pátria, e os presos e torturados fossem libertados, dentre outras coisas, tiveram o seu discurso propositalmente deturpado pelo governo que já estava de forma lenta a demonstrar passos estreitos para possibilidade de redemocratização, quando no ano anterior à lei consentiu legalmente o fim do Ato Institucional nº 5. E viu aí, uma oportunidade de endossar a responsabilidade pelos crimes cometidos à sociedade civil, e assim argumentar e fazer válido um discurso que se fazia entender que a pátria perdoava os subversivos, e que os excessos cometidos pelo bem da pátria também deveriam ser esquecidos.

Embora tenha trazido benefícios civis à sociedade, a lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei de Anistia, expedida pelo então Presidente General João Baptista Figueiredo, em suma resolvia que:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da

Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. § 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. § 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público à esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º. ([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm))

Assim, por causa de uma interpretação oportunista a lei também assiste aos opressores, ou seja, os militares. Como expressa Maria Helena Moreira Alves (2005) a respeito da mencionada Lei:

[...] Mais grave, porém, era conter a lei um perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo que estiveram envolvidos com a tortura. O dispositivo era uma evidente vitória dos setores de linha-dura e eliminava a possibilidade de denúncia criminal contra os acusados da prática da tortura. Ele dificultaria eventuais investigações sobre as atividades do Aparato Repressivo, constituindo, portanto uma derrota para a oposição. (ALVES, 2005, p.321)

Dessa forma, as considerações válidas nesta lei imprimem a sensação de impunidade, uma vez que não serão punidos os militares pelos crimes de violação aos direitos humanos e civis cometidos sob uso de um poder repressivo e arbitrário. De modo que isso efetivamente corrompe e impede de forma indigna (embora legal), uma justiça plena a favor de uma camada da sociedade que teve a sua liberdade civil e política atentada pela ditadura militar. Nesse sentido, compreendemos aí uma das formas legais de política de esquecimento.

As políticas de esquecimento eram e são ainda práticas estratégicas de sabotagem de uma estrutura política remanescente do Aparato Repressivo – como ressaltava Alves (2005) – na tentativa de manter ainda em sigilo os segredos de um governo militar violador de direitos humanos e civis, para que agora, em meio a essas investigações não apareçam os nomes de culpados que figuram no cenário político atual como se nada tivesse acontecido, e pior, estão aí trabalhando para que a memória da resistência contra a ditadura militar brasileira seja um assunto tratado com pouca ou sem importância na sociedade.

Ainda que não se possa dar conta nesta abordagem e esmiuçar sobre a cultura política brasileira, entender ainda que de forma preliminar a sua composição e dinamização, pode nos dar subsídios para refletir sobre a dificuldade de construção tanto material quanto histórica da memória política do país, e em especial sobre o período da ditadura militar. Tratar da memória apenas num sentido cultural, ou limitar-se ao perímetro mais comum de sua discussão não parece uma boa opção quando na realidade dentro desta fala há tantas outras indissociáveis falas.

Nesse sentido, em nossas interações sociais, temos a memória como plataforma de expressão do que fomos, do que somos e do que pretendemos ser. Percebemos, envolvidos por muitas leituras, e pela própria efervescência do tema no nosso cotidiano, o teor de uma discussão em torno de questões sociopolíticas que engendram comportamentos e pontos de vista acerca desse assunto incessantemente debatido na sociedade. E por isso encontramos-nos não só aptos, mas também convidados a refletir sobre as trajetórias das sociedades – especialmente a nossa – que experimentaram processos sociais traumáticos, e os motivos pelos quais buscam por justiça e verdade através da memória. Esta forma plausível, digna e literalmente resistente de sobreviver ao tempo.

## 2.2 As Dinâmicas Governamentais e Sociais

No Brasil, as formas de manifestação dos grupos que reivindicam direito à memória do período ditatorial no âmbito civil se dão por meio de memoriais, grupos de memória, comissões, ONGs, relacionamento em redes sociais para difusão e contato, manifestações populares em favor da causa da justiça e verdade, etc. O Estado brasileiro

por sua vez busca junto à sociedade e também por iniciativas próprias, mecanismos de apoio à memória. Mas para distinguirmos as competências do governo e da sociedade civil, observaremos suas interações separadamente.

No âmbito governamental há, no entanto expressões de força considerável, pois além de estruturar a si própria na promoção de mecanismos de luta legal para realização de justiça, reparação e memória relativa à ditadura militar, também apoia a sociedade em suas dinâmicas de luta. Exemplo disso foi a criação pela Lei 12528/2011 no ano de 2012 da Comissão Nacional da Verdade, para apurar violações contra os direitos humanos entre os anos de 1946 a 1988, o que inclui o período da ditadura militar.

A Comissão de Anistia criada em 2001, também é um exemplo bem sucedido da iniciativa governamental, mais precisamente do Ministério da Justiça que visa a reparação econômica e também a “simbólica” às pessoas atingidas pela repressão da ditadura. E é válido ressaltar também que pela Comissão de Anistia foram criados e são executados projetos que aproximam e dão pleno poder de participação à sociedade nas formas e práticas de busca pela “verdade”. Práticas estas que estão ramificadas na execução de tantos outros projetos como o: Caravanas da Anistia – que é oriundo do projeto Marcas da Memória – que objetiva tornar pública as sessões em que recebem oficialmente os pedidos de anistia em cada estado do país (Caravanas da Anistia, 2010).

Também em parceria com a Universidade de Coimbra, o Governo Federal por meio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, publicou uma coletânea resultado do Seminário Internacional Repressão e Memória Política no Contexto Luso-Brasileiro no ano de 2009 em Portugal, que reúne textos de diversas personalidades intelecto-científicas que discutiram sobre formas de reparação – em abrangência internacional – às sociedades vítimas de passados repressivos (Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro, 2010).

Estes são alguns exemplos de ações do Estado brasileiro que não se limitam a projetos, leis, comissões, seminários, publicações, etc. Suas ações também contemplam o ambiente virtual e procura coexistir em diferentes formas para abranger e reparar de forma salutar a sociedade. Citamos o Centro de Referência da Luta Política no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas –institucionalizado pela Casa Civil para cumprir com o requisito constitucional de acesso à informação; nota-se ainda a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Cabe também aqui citar outro exemplo notável

de iniciativa do governo, também por meio da Comissão de Anistia e mais um projeto do Marcos da Memória, que é o Memorial da Anistia. Este memorial virtual dispõe de vasto acervo sobre o processo de anistia no país, e não deixa nada a desejar se comparado a um espaço museal tradicional.

Há outros mecanismos do Estado brasileiro para conferir à sociedade o direito à justiça e reparação, que têm uma importância significativa na instância de realização dessas ações. Embora seja uma atitude retardatária em comparação a outros países que tiveram uma postura de mudança mais eficiente e significativa em seus governos que lhes permitiram obter mais sucesso em suas buscas por justiça e reparação.

A herança colonial como matriz de um discurso oficial, como expressa Soraia Ansara (2012) é um “carma” – causalidade moral – que perpetua na cultura política brasileira, de forma que quase não se pode fazer com que a sociedade não só veja, mas de fato enxergue que os movimentos de luta pela memória precisam do seu total apoio para que a “verdade” venha à tona. Na tentativa de explicar o motivo pelo qual a sociedade brasileira provavelmente não se coloca numa postura mais firme, a autora expressa:

O estudo que realizamos sobre memória política da repressão no Brasil nos permite compreender esta relação, na medida em que mostra as estratégias utilizadas pelo regime militar e ao longo de todo processo de democratização impuseram uma memória oficial que tentou levar ao esquecimento determinados eventos políticos, naturalizando, legitimando e normalizando o político “cobrindo com um véu” os acontecimentos repressivos tendo gerado uma esfera de normalidade, a ponto de muitos brasileiros desconhecerem os fatos e efeitos da ditadura militar no Brasil. Tais estratégias são denominadas por nós políticas de esquecimento. (ANSARA, 2012, p.301)

E continua:

Embora admitamos que exista um processo de “esquecimento” forjado e legitimado por uma “memória oficial” – ao longo de décadas, vem ocultando da população brasileira o passado repressivo e um efeito desmobilizador das lutas – provocado pelo medo à repressão – é fundamental destacar a importância de uma consciência política

proporcionada pelos movimentos sociais na construção da memória, que uma verdadeira luta contra o esquecimento, que vem sendo construída pelas classes populares, sobretudo pelas lideranças políticas. (ANSARA, 2012, p.301)

A observação que Ansara (2012) faz sobre “memória oficial” é muito pertinente porque demonstra que esta se coloca como passado legítimo e base que acabou por firmar o pensamento e comportamento social brasileiro. É compreensível sim, que numa sociedade as pessoas estejam inclinadas a manterem suas crenças, comportamento e identidade sociocultural a partir de um referencial de valores predeterminado por um grupo que fundamentou e estabeleceu tais regras. É possível compreender que esse processo secular de naturalização desses valores tem um apoio histórico-cultural que fortalece esses discursos e substanciam o imaginário coletivo, de forma que as pessoas construam suas identidades socioculturais a partir desses princípios criados totalmente por interesses políticos, e em detrimento dos grupos considerados “ilegítimos” e que, portanto, são marginalizados pela busca e prática de uma “memória ilegítima”.

Tomamos posse desse termo “memória ilegítima”, proveniente do termo “memória oficial” usado pela autora, para explicar através dele a dificuldade que estes grupos menores (lideranças populares e de resistência social e política) encontram para desarticular um “discurso oficial” cultivado e protegido por uma antiquíssima e tradicional estratégia de poder, e aprimorada pela inteligência de suas lideranças, está justamente na persuasão que esta exerce sobre a sociedade e no modo como estrategicamente alimentam o seu sistema de domínio político-social (ANSARA, 2012). Desconstruir um “discurso oficial” tido pela sociedade como aquilo que rege o comportamento social não é tarefa fácil. Mesmo que a liberdade de expressão garanta aos indivíduos e aos grupos condições para criação e apresentação de novos discursos, o que pesa é como legitimar essas falas num cenário em que essa disputa não tem forças equivalentes. Desse modo, há uma considerável lista de ações necessárias para sobrepor as políticas de memória às políticas de esquecimento.

O que por ora apresentamos como exemplo de movimentos da sociedade civil na busca pela memória – que na ótica da “memória oficial” é tida como uma “memória ilegítima” –, está expresso em grupos/entidades como: Tortura Nunca Mais; Memórias da Ditadura; Documentos Revelados; Núcleo Memória, dentre outros. Estes grupos e

tantos outros – que só não foram mencionados porque nos faria apresentar uma longa lista – cujas expressões são de alto relevo para a luta dos direitos humanos e representam – ainda que em contingente menor, enquanto categoria de grupos sociais – a importância do papel da sociedade civil que se preocupa e que busca através de suas ações impedirem a repetição de um passado repressivo.

Compreendemos assim, em meio a estes aspectos, esforços válidos tanto da parte da sociedade quanto da parte do Estado Brasileiro para que o passado de repressão não fique esquecido por meio do exercício da memória.

Assim, diante desse olhar surge a necessidade conhecer os mecanismos fomentadores de memória, e especificamente neste caso nos interessa observar a memória política da ditadura militar materializada em lugares de memória, suas formas de difusão na sociedade, a influência neste ambiente e nos grupos, as políticas que possibilitam a existência da memória política no Brasil, bem como as políticas que limitam a expansão ou ainda impedem que ela seja contada e exercida por outros grupos considerados ilegítimos, embora tenham plena participação na composição dela.

Ocupa-nos ainda neste capítulo, sem a total intenção de demasia, salientar sobre os pontos discutidos em torno da atuação das políticas de memória na observância das suas investidas em prol da memória dos grupos oprimidos durante a ditadura militar, dadas e aplicadas as suas soluções para o que usufruímos no presente em termos literais de justiça materializada em espaços, bem como as diversas formas de manifestações dessa memória, sem nos abstermos de indagar sobre novas possibilidades e aspirações para o futuro. Portanto, aqui refletiremos não só as competências dessas atuações de ambiência política e jurídica, mas também a parceria de instrumentos museológicos em algumas etapas, ou mesmo parte desse processo de luta pelo direito à memória.

Cabe aqui apresentar alguns exemplos de ações que caracterizam uma mutualidade – nos campos sociais, museológico e político – no sentido de colaboração para realização de algumas expressões de memória – considerando suas múltiplas formas – no país, configurando assim, uma parceria entre os campos.

Como exemplo de lugar de memória institucionalizado citamos – e é quase que uma obrigação citá-lo, pois se trata de um destaque no segmento, dentro e fora do país – o Memorial da Resistência de São Paulo (antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo, o Deops/SP) que é uma instituição musealizada.

A ressignificação do prédio, quando da sua musealização, passou a ser um lugar de memória com representatividade social positiva e segundo informações que constam em sua página na internet, destina-se a preservar referências de memória da resistência e da repressão política do país. Desde o Brasil republicano até o período correspondente às décadas de 1940 a 1983.

Na categoria monumentos – que também configuram-se como lugares de memória, porque muitos são erguidos em lugares em que ocorreram episódios de resistência ou violação de direitos humanos – temos exemplos como: o Monumento Tortura Nunca Mais, o primeiro erguido no Brasil no ano de 1993 na cidade de Recife-PE, a pedido do Grupo Tortura Nunca Mais-Recife, em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos do país. Outro exemplo de monumento à memória de vítimas da ditadura foi erguido – em frente ao antigo prédio do Departamento de Ordem e Política Social, o Dops-BH – no ano de 2013, em Belo Horizonte- MG, por iniciativa da Comissão de Anistia. E um último e recente exemplo vem da Bahia. Um monumento – obra do artista plástico Ray Viana – erguido para homenagear nomes de baianos (e dois brasileiros) que lutaram contra a ditadura, foi inaugurado em 28 de agosto de 2015, no bairro Campo da Pólvora em Salvador- BA. Esta ação foi uma parceria do Comitê Baiano Pela Verdade e do Grupo Tortura Nunca Mais-Bahia em conjunto com o Governo do Estado.

Podemos tomar tais exemplos, principalmente no caso dos monumentos, como lugares e estruturas memorialísticas que podem/devem ser consideradas como patrimônio cultural. Considerando o conceito de patrimônio cultural estabelecido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – pode-se inferir a estas estruturas um caráter de patrimônio cultural passível de proteção, de acordo com o que diz a autarquia:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. (IPHAN, 2003)



Assim, principalmente notando o efeito e atribuição referida aos lugares que abrigam práticas culturais coletivas descritas pelo IPHAN, percebemos a possibilidade de classificação de patrimônio inserta na criação e prática de culto e celebração nesses lugares de memória, e mais as suas múltiplas formas de expressão. De forma que estes, apoiados por instrumentos que legalmente podem promover seu reconhecimento e proteção, encontrem as justificativas que corroborem na sua legitimidade.

Nesse sentido, a consciência museológica se faz presente e pertinente em relação a esta abordagem pelo pensamento de Marília Xavier Cury (2008) que diz:

[...] O “lugar” da museologia é onde estão as relações do homem com o patrimônio cultural e a posição da museologia está na construção de conhecimento para compreensão do fato museológico. (Cury, 2008, p.276)

Assim, na observância do fato museológico para explicar a relação do homem com o objeto, conforme determina Rússio (RÚSSIO apud CARVALHO, 2011), e em consonância com o pensamento de Cury (2008), entendemos que esta relação está sob tutela do sentimento de pertencimento para com determinada coisa ou lugar que o homem possa vir tomar como patrimônio. E aqui encontra-se a oportunidade para a museologia mediar essa comunicação, estabelecer uma efetiva e eficiente parceria que possa aproximar e facilitar a interação da sociedade com seu legado histórico através da memória.

### 2.3 Políticas de memória e Justiça de Transição: Baluarte da Memória?

É notório na sociedade atual, conforme as afirmações dos grupos vão cada vez mais tomando não só forma, mas também força, que a descoberta da identidade social e nessa perspectiva também os sentimentos de justiça e retomada das dignidades moral e coletiva, promovidas pelo exercício da memória, perpassam a condição de “possibilidade” e torna-se realidade, posto que a justiça do Estado Brasileiro tem

trabalhado de forma evidente – mesmo com dificuldades encontradas nela mesma em tempos anteriores – para uma plena prática de reparação à sociedade.

Dentro da realidade brasileira isso significa um largo passo dado porque embora existam lacunas no sistema jurídico brasileiro que não concedam revisões ou mesmo modificações constitucionais que deliberem a prática da justiça de reparação plena como recomendada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – considerando casos anteriores em que o Brasil foi condenado por crimes de violação dos direitos humanos – é necessário o reconhecimento de enfrentamento da justiça pela própria justiça.

Cabe salientar que já havia sim no Brasil expressões de memória para que esse período não fosse ignorado, porém com as diversas e incisivas formas de políticas de esquecimento à espreita essas expressões eram despistadas do olhar da sociedade. Mas a resistência desses grupos mesmo com seus plausíveis e autônomos esforços ganhou uma maior atenção pública quando apoiados pelas políticas de memória de iniciativa governamental. Vale apontar também que a justiça de transição quando adotada como política por países que passaram por processos traumáticos para se recompor democraticamente, aporta e trabalha em conjunto com as políticas de memória, para que a sociedade possa usufruir da democracia e do direito à memória. Conforme consta na publicação da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça:

Justiça transicional é uma resposta concreta às violações sistemáticas ou generalizadas aos direitos humanos. Seu objetivo é o reconhecimento das vítimas e a promoção de possibilidades de reconciliação e consolidação democrática. A justiça transicional não é uma forma especial de justiça, mas uma justiça de caráter restaurativo, na qual as sociedades transformam a si mesmas depois de um período de violação generalizada dos direitos humanos. (Genro; Abrão, 2009, p.23)

Assim, entendemos as políticas de memória bem como a justiça de transição como reduto para a sociedade civil que busca por justiça. Por isso, ainda neste item, desejamos refletir sobre o pensamento de Inês Virginia Prado Soares (2013) no que

concerne a justiça de transição no Brasil e suas implicações para facilitação ou burocracia na criação e aplicação de políticas de memória.

A possibilidade de utilização de instrumentos jurídicos para proteção de bens culturais – no caso dos lugares de memória de resistência ou violação de direitos humanos relacionados à ditadura militar, e suas múltiplas formas de expressão – vem apresentar uma forma de assegurar a proteção desses bens uma vez que, embora a democracia corrobore para o exercício da memória, ainda assim o espectro do esquecimento vem inspirar cuidados.

Nesse sentido, o Estado e a sociedade civil comungam um mesmo desejo: o de não retroceder a esse passado. O legado jurídico da lei de anistia é fator que justifica os percalços encontrados no caminho da justiça de transição. Por isso, Soares (2013) sugere que o uso de instrumentos de proteção – tombamento, inventário desapropriação, pesquisa arqueológica e registro – para proteger a memória relativa à ditadura passem a compor a pauta de atribuições das práticas das políticas de memória.

Reconhecendo a necessidade de tais aplicações para que as expressões e memória de resistência tenham este bônus jurídico a seu favor, é necessário que a sociedade não esmoreça, e esteja atenta e pronta para apelar e fazer uso do seu direito à memória. Querendo ou não, precisamos admitir que é preciso que haja uma recíproca nesse processo em que Estado e sociedade buscam a proteção dessa memória como bem/patrimônio cultural, visto que isso consiste em direitos e deveres para ambos. Como salienta a autora:

Os instrumentos de proteção dos bens culturais são mecanismos utilizados no Estado brasileiro para tutela das práticas democráticas, como forma de resguardar as liberdades fundamentais e a memória do nosso povo. A Constituição estabelece, no §1º do art. 216, que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio dos instrumentos que nomina e por outras formas de acautelamento. Nominalmente, são considerados como instrumentos de proteção do patrimônio cultural brasileiro inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação. Esse rol é meramente exemplificativo, já que, como

dito, em seguida, há referência a “outras formas de acautelamento”.  
(SOARES, 2013, p.4)

Sabemos que a justiça de transição é uma via pela qual fluíram muitos avanços para criação e realização de políticas de memória, embora haja momentos de refluxo que dão uma sensação de que ao mesmo tempo em que se progride na justiça do Estado brasileiro – considerando, por exemplo, os benefícios que a comissão de anistia traz às vítimas da ditadura, quando agora concede a retomada dos direitos civis de pessoas que em pleno século XXI ainda estavam fora do Brasil, pois seus direitos civis foram suprimidos, dando a elas o direito de retorno ao seu país e retomar assim, não só a sua cidadania, mas também a sua dignidade moral – essa mesma justiça se coloca em “saia justa” quando em resposta tanto a sociedade civil quanto a própria camada política e entidades jurídicas que cobram por uma revisão da Lei de Anistia, para que a mesma não contemple os opressores, o Supremo Tribunal Federal (STF) venha dizer que não há como rever a lei citada, sob justificativa de argumentos como; instabilidade jurídica e também pelo “pressuposto” de que este assunto não interessa mais a uma sociedade que deve seguir em frente, indeferindo assim a solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a revisão da lei em questão.

Com vistas a tal postura, o que fica é uma pergunta para encerrar este capítulo em vez de concluí-lo com um parecer mais explícito; seria do real interesse do STF ainda que com plenos poderes e competência para tanto, conceder o aval para revisão da Lei de Anistia com o risco de comprometer a segurança política e civil de alguns políticos e agentes públicos?

### **CAPÍTULO III: MEMÓRIA: POR UMA SOCIEDADE CONSCIENTE**

O episódio da ditadura militar é um assunto que está em constante evidência no cotidiano da sociedade devido o seu legado traumático, e por isso, entidades nacionais e internacionais de luta em favor dos direitos humanos, sociedade civil e Estado unem-se para conferir a sociedade brasileira uma memória que legitime a luta dos que resistiram à ditadura militar no Brasil. A verdade é que a expressão da sociedade obrigou o Estado a manifestar-se em seu favor. A luta por memória e justiça partiu primeiramente da sociedade civil, que tinha como baluarte as entidades internacionais de luta pelos direitos humanos que promoviam e asseguravam às sociedades que passaram por processos sociais traumáticos, os meios para usufruir desses direitos, apoiando grupos de memória e ONGs que buscam por justiça, memória e conscientização.

Nesse sentido, aqui no Brasil a lei de anistia não poderia ser a última palavra que encerraria meramente o episódio da ditadura, pois nas suas entrelinhas estava manifestada a vontade da parte dominante em declarar que cumpriu com a responsabilidade de defesa da pátria. Ora, sabemos que a ditadura não foi derrubada pela oposição daqueles que à ela resistiram. Porém, uma sociedade que se manifesta e luta contra uma memória oficial (que se firmou nas brechas da lei de anistia) justifica e torna válida a resistência não só dos grupos que lutaram naquele período, mas também da geração presente que encontra no exercício da memória o respaldo para conscientizar as gerações futuras sobre a importância de não retroceder a um passado repressivo. E isso de certa forma demonstra que a resistência continua e que tomou outras formas na sociedade civil, justamente por meio desses grupos que não permitem (em suas múltiplas formas de expressão) que este episódio seja esquecido, conforme determinava a lei de anistia de 1979.

Neste último capítulo, nos ocupamos em refletir sobre como a preocupação da sociedade brasileira contra a repetição de um recente passado repressivo, pode influenciar e vir de fato constituir novos discursos que continuem a sustentar uma luta que só se fortalece por meio da conscientização social. Essa proposta de conscientização está principalmente dinamizada nas manifestações dos grupos de memória, nos lugares – também chamados de sítios de consciência – nos monumentos, memoriais, nos livros, nas pesquisas acadêmicas e nas suas múltiplas expressões, salvo também, na memória daqueles que não contaram suas experiências.

Atualmente a sociedade brasileira enfrenta adversidades sociopolíticas que divide a opinião das pessoas de tal forma que, ainda que seja por uma parcela mínima da população, fala-se em intervenção militar. As manifestações nas ruas e nas redes sociais que apoiam e pedem pela volta de um governo militar revela mais que um sentimento de insatisfação desta camada da sociedade, é no mínimo preocupante o aparente arroubamento de consciência sociopolítica que parece subverter o pensamento das pessoas. E isso em dias de democracia causa espanto, por conta da experiência negativa que tal forma de governo representou para o país.

Diante de tais acontecimentos é cabível salientar dois pontos: o primeiro é a oportunidade ímpar (em vista da crise política no momento presente) que a sociedade tem para refletir sobre o passado sociopolítico do país, e com isso ativar sua voz e formar mais que um pensamento crítico sobre o problema, usando os direitos que a democracia lhe confere para exigir que os representantes políticos façam mudanças que tragam resultados positivos para a governabilidade do país. O outro ponto são as oportunidades de discussão que essa problemática traz para o ambiente acadêmico. E que este pode difundi-lo para a sociedade formando assim, também, uma rede onde se expande pensamentos fomentadores de ideias e ações que venham contribuir – especialmente para o campo da Museologia, conforme o ICOM determina sua função enquanto um dos campos da ciência social que trabalha para o conhecimento e desenvolvimento social humano – para uma realidade sociopolítica mais participativa, bem sucedida e apreciada pelas novas gerações.

Assim, considerando no âmbito da memória a validade das histórias orais como um meio de representação e ressignificação de um passado, uma vez que no raciocínio de Nora (1993), compreende-se que a memória não se dá de forma natural e nem de uma só maneira, pela liberdade que ela experimenta de tudo poder considerar, entendemos que isso acontece porque nossa memória passa por momentos de [re]significação e por isso se manifesta de forma voluntária e intencional, para inserir-se e consolidar-se coletivamente, encontrando assim um meio de estar e ser presente, e evitar que essa memória deixe de ser contada ou mesmo desapareça.

Partindo desta premissa de Nora, apresentamos nesta oportunidade, a experiência de ter entrevistado o Sr. Carlos Mello. Uma pessoa que ilustra de forma peculiar, uma partícula do desejo de tantos personagens que vivenciaram o período da ditadura militar e, os quais o autor destaca o papel que desenvolvem de compor, nutrir e

levar uma mensagem que eleva aquilo que tem representação e significado relevantes para si e para a coletividade. Assim, encontramos na vivência desse ex-militante de esquerda, traços genuínos de uma memória de resistência política – em parte, vivida no Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) – e sobretudo, de luta social, que enquadra-se às atuais formas de expressão de luta pela memória da resistência contra a ditadura militar no Brasil. Pois como o próprio Sr. Carlos ressalta, sua luta continua na prática da expressão cultural, onde ele acredita que pela conscientização sociopolítica as gerações futuras não irão repetir os erros do passado.

Nesse sentido, trazer o seu discurso e apresentar uma prévia de sua trajetória militante e sociocultural como uma pequena ilustração do sentimento e luta de pessoas que se unem em grupos e classes diversas pelo país, e que em sua maioria são pessoas que vivenciaram aquele período de repressão, torna-se válido para transmitir mensagens, contar suas histórias, promover encontros para discutir políticas de memória, justiça e reparação. De forma que, objetivam fazer com que a sociedade conheça a fundo os acontecimentos ocorridos naquele período e conscientizá-la. Enfim, temos aqui a oportunidade de conhecer de perto a forma de pensar, e o sentimento de uma pessoa que pode nos mostrar por meio de sua expressão, os porquês dessa luta.

Assim, tendo sua fala não mais como simples forma de expressão, mas, desde que, uma vez gravada por método de áudio e escrita – pela metodologia da história oral – já se torna objeto, podemos entender que este objeto pode vir através dos processos museológicos tornarem-se documento. Partindo dessa premissa, podemos nos valer dos processos museológicos bem como os de história oral, para propor a futura musealização (validade documental) do registro da memória do Sr. Carlos Mello de acordo com os princípios da Museologia. Nesse sentido, o conceito de musealização descrito pelo Conceitos-chave de museologia apresenta a priori o seu sentido literal, que diz:

Segundo o sentido comum, a musealização designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu. (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013, p.56-57)

Porém, o mesmo dicionário apresenta outros sentidos da mesma palavra que segundo comentário dos tradutores da publicação, podem descrever melhor o significado de musealização, como: patrimonialização, em que esta define e também remete o sentido de preservação (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013).

Sabemos que a franca acepção do termo “patrimônio” revela o valor daquilo que será transmitido de uma ascendência para uma descendência, e que, portanto, classificar um bem material ou imaterial como “patrimônio” requer cuidado especial na pretensão desta atribuição, uma vez que trata-se de transmissão de herança (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013). No que concerne ao conceito de “preservação”, este coloca uma cadeia de procedimentos museológicos que tem por finalidade proteger um “bem”. Porém, neste caso, queremos deduzir um valor social à colaboração de Sr. Carlos enquanto uma espécie de agente individual que junto a outros formam uma memória coletiva. Logo, ambos suscitam a ideia de que é possível materializar e preservar os registros da memória militante do Sr. Carlos Mello.

Assim, observando tais significados, percebemos que eles podem nos dar a possibilidade de aplicá-los ao caso da entrevista feita com o Sr. Carlos Mello sobre sua trajetória militante, como meio encontrado para tornar “legítima” a sua memória, e esta vir colaborar para contar junto a tantas outras, as histórias que compõem a história sociopolítica do país. Portanto, tais definições contidas no Conceitos-chave de museologia (DESVALLÉES & MAIRESSE, 2013) são as que melhor aportam a nossa perspectiva de propor a musealização (ou uma futura musealização) do registro de seu relato, atribuindo a sua entrevista (e ficando a cargo da mesma e do sentimento nela expresso, o contexto da realidade na qual o entrevistado deseja ser percebido pelos outros) um valor enquanto objeto passível de ressignificação da sua função original por meio de procedimentos museológicos para que este passe a ser fonte de informação.

No desejo de trazer de uma forma mais palpável um exemplo consoante com as reflexões discutidas ao longo desta pesquisa, quero descrever a experiência de entrevistar o Sr. Carlos Mello, dentro de uma contextura em que História, Museologia e Memória, juntas, se fazem pertinentes para colaborar com uma sociedade que busca por justiça e legitimação de uma memória não oficial. As perguntas para a entrevista com o Sr. Carlos foram elaboradas sob a expectativa de experimentar e obter conhecimento acerca de histórias que ainda não foram contadas sobre nosso passado recente, por meio



da fala de quem o viveu. E dessa forma, poder acessar e agregar às buscas dos grupos que desejam que justiça e memória venham constituir uma sociedade mais consciente.

Karen Worcman (2014) observou de um ponto de vista também científico, mas, sobretudo, moral num sentido da valorização da história de vida do outro como produtor de fato e por isso pode ser considerado uma espécie de agente formador de memória, a importância das experiências individuais para a formação da memória coletiva.

Coerentemente, ela alega que “lembrar” implica também em “esquecer” considerando que a memória é naturalmente seletiva e que imbuídos de convenções e crenças culturais que determinam nossa forma de pensar e, assim, ver o mundo, com total liberdade escolhemos o que tem relevância para nossas vidas, e nesse ínterim, os fatos ocorridos individual ou coletivamente ganham seus devidos valores. Os valores aos quais supostamente a autora se refere são aqueles que podem ser encontrados na história de vida do outro. Ela acredita que o gesto de “ouvir” essa história supõe uma transformação daquilo que antes de ser escutado era algo permanente, e que saindo desse estágio, torna-se conhecimento que “transforma” o ouvinte, o próprio locutor e a coletividade.

Para Worcman, a transformação só ocorre quando algo na vida de um indivíduo torna-se significativo para o outro. Segundo ela, olhar o mundo a partir do olhar do outro nos permite rever aquilo que acreditamos e nesse processo que se dá a transformação. Transformação em si mesmo que pode refletir na nossa contribuição e na construção da história e da memória.

Partindo da premissa da autora sobre o valor das experiências individuais como formadoras de uma narrativa coletiva, ou seja, de uma história coletiva, de uma história social, podemos compreender os papéis e atuação dos indivíduos numa sociedade, e seu valor como escritor não só de sua própria história, mas da história da sociedade. Por isso, apresento aqui, de forma concisa a experiência do Sr. Carlos para que possamos refletir através de sua narrativa sobre o passado, de modo que esta possa vir colaborar no futuro para a constante construção da história e memória sociopolítica do país.

### 3.1 Carlos Mello: o militante que empunhou palavras

Carlos Mello nasceu e mora na cidade de Feira de Santana, Bahia, que fica a cerca de 120 km da capital Salvador. É um simpático senhor de 69 anos, também esposo, pai e avô de uma família da qual muito se orgulha. Historiador e pesquisador da história de Feira de Santana, amante de esportes, cordelista e tipógrafo de profissão, além de trabalhar no Jornal Folha do Norte, Sr. Carlos dedica-se a inúmeras atividades em sua cidade participando de palestras em escolas particulares e públicas, também em faculdades e universidades falando sobre a história do município. Desenvolve trabalhos de cunho filantrópico como orador na entidade centenária Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, que ajuda pessoas carentes, participa ainda da Academia de Letras e Artes de Feira de Santana, do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, e também da Fundação Senhor dos Passos, uma entidade filantrópica que segundo ele desenvolve um trabalho histórico de publicação de livros e também reedição de livros raros, para a qual ele foi convidado para fazer parte da memória histórica do município. E salienta que deixou o lado revolucionário de cobranças por melhorias para a comunidade, ao optar por trabalhar com o social.

Sr. Carlos conta que, devido às dificuldades daquela época começou a trabalhar cedo, aos dez anos de idade para ajudar a família trabalhando como marceneiro, depois em oficina mecânica e mais à frente como tipógrafo, sua atual profissão e a qual declara ter muito amor. Além de trabalhar durante o dia, o Sr. Carlos estudava à noite e formou-se professor primário, chegando a dar aulas.

Na medida em que Sr. Carlos começa a dar esses detalhes sobre a sua vida, é possível perceber que a sua trajetória pessoal confunde-se com a sua iniciação na militância, que começa mesmo antes de fazer parte do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR-8.

Com uma expressão tranquila, mas ao mesmo tempo contido pela seriedade da lembrança, Sr. Carlos fala que desde muito cedo já tinha despertado em seu íntimo um olhar sobre as dificuldades ao seu redor, quer fossem as vividas por sua família quer fosse pela comunidade, e por isso sentia a necessidade de lutar pelos direitos que o governo lhes tirava, de modo que esta consciência, já apontava a sua aptidão para a luta pelas causas populares.

Essas atitudes se estenderam para o campo profissional, e ele conta sobre uma de suas primeiras experiências em liderar uma pequena movimentação juntamente com seus colegas reivindicando melhorias para as condições de trabalho numa tipografia em que trabalhava. Tais experiências com liderança o levaram entre os anos de 1963 e 1964 a engajar-se em movimentos de liderança sindical, momentos em que constituía novas ideias e amizades, como a do companheiro militante Luís Antônio Santa Bárbara<sup>1</sup> que também era tipógrafo.

Mais à frente a participação em movimentos trabalhistas lhe trouxeram oportunidades como a de representar no Estado da Bahia a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), entidade que ele denomina de caráter não governamental que tinha o papel de instruir a classe trabalhadora sobre seus direitos e deveres diante do governo e das empresas. O seu engajamento proporcionou-lhe viagens pelo país que lhe agregavam conhecimento e também treinamento para criar associações e sindicatos, os quais também exerceu liderança, tudo para conscientizar e preparar a classe trabalhadora para a reivindicação dos seus direitos, e com isso, suas ações individuais e em prol da comunidade e da classe trabalhadora o destacaram de modo que lideranças do MR-8 já observavam suas aptidões e o convidaram para integrar o Movimento. Assim foi o seu ingresso no grupo revolucionário.

Sr. Carlos militou no MR-8 entre os anos de 1967 a 1978. Porém, com o pensamento comum ao de alguns membros do grupo, era contra a luta armada, e frisa que nunca empunhou armas. Ele diz que acreditava numa “revolução cultural”, em que a mudança era possível por meio da conscientização.

É possível notar em seu relato, e mais que isso, observando seu semblante durante sua fala, a sua visível convicção de que era (e segundo ele ainda é) possível vencer as adversidades sociais por meio da cultura e da conscientização social, e que tal postura, segundo ele, obedecia aos princípios familiares, principalmente na figura do seu pai que revelava aversão aos Movimentos e à violência. Ao que tudo indica, sua

---

<sup>1</sup>Para além do que foi dito pelo próprio sr. Carlos a respeito do amigo, em pesquisa superficial sobre Luís Antônio Santa Bárbara, apenas para saber sobre o grau de envolvimento com a militância, observei que trata-se de um nome muito considerado na história do município feirense, e é objeto de biografia e pesquisas relacionadas ao período da ditadura militar na região de Feira de Santana. Santa Bárbara foi assassinado numa operação militar de caça à militantes denominada de Operação Pajussara, que tinha como principal objetivo capturar o considerado subversivo ex Capitão do Exército Carlos Lamarca. Ambos foram mortos na mesma operação em 1971. (Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos)

atuação no grupo potencializou sua crença na ideia de como ele mesmo enfatiza várias vezes durante a entrevista, de “levar a mensagem”, referindo-se a conscientização das pessoas e da classe trabalhadora.

Nos últimos anos do período da ditadura entre as décadas de 1981 a 1985, o Sr. Carlos experimentou momentos importantes para a idealização – momentos em que as classes trabalhadoras do país se reuniram em massificação histórica – da maior entidade sindical formada pela classe trabalhadora no país; a CUT – Central Única dos Trabalhadores –, para reivindicar e proteger os direitos dos trabalhadores. Essa experiência vivida por Sr. Carlos em agosto de 1981, na I Conclat<sup>2</sup> da classe trabalhadora proporcionou-lhe participar no ano seguinte, da Comissão que iria criar de fato a CUT, e que gerou um documento que foi entregue ao governo da época para atender às reivindicações.

A sua desenvoltura para liderar também fez com que ele encabeçasse importantes eventos de cunho trabalhista na cidade, e reunia diferentes classes profissionais com o objetivo de melhorar as condições de trabalho das mesmas. Nesses encontros as palestras eram também ministradas por importantes nomes da política feirense que estavam engajados nas causas populares, e contrariavam o governo vigente. Sr. Carlos conta que o Exército, sabendo da existência desses encontros, infiltrava agentes para espionar os eventos e denunciar os locais onde eles aconteceriam. Ele explica que mesmo não sendo fácil, foi um momento divertido e descontraído pelo fato de poder levar “a mensagem” aos trabalhadores menos esclarecidos.

Essa lembrança, ainda conta Sr. Carlos com risos, que naquele período, tais movimentações fazia com que o Exército fizesse às pessoas “convites” para dar “puxões de orelha”, e contar o que soubessem. Mas, referindo-se ao grupo que participava, ele fala que tinham habilidade para saírem de tal situação, e que ele particularmente se saía muito bem, pois orientado por um tio seu (Tio Nelson) que era integrante do MR-8 no Rio de Janeiro, alertado constantemente por seu pai para tomar cuidado, e também

---

<sup>2</sup>Às vésperas do término desta pesquisa sr. Carlos apresentou e doou para mim alguns documentos. As últimas recordações da sua época de militância. E dentre eles constava o primeiro exemplar da Revista Brasil Hoje, datado de Outubro de 1981, que ele frisou manter “escondido durante anos” porque naquela época e mesmo depois, portar publicações como esta ainda causava problemas com os militares. Na publicação consta uma matéria, sobre a I Conclat realizada na cidade de Praia Grande no estado de São Paulo entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, que foi o maior encontro da classe trabalhadora no país. Sobre este evento que sr. Carlos participou e citou na entrevista, a matéria da revista aqui faz cruzamento de informações muito importante para este trabalho. Os documentos estão digitalizados e podem ser visualizados no apêndice c desta pesquisa.

porque tinha parente no Exército, ele conseguia livrar-se dessas situações ileso. E um pouco mais adiante na entrevista pergunto-lhe se foi torturado. O Sr. Carlos responde sorrindo e agradecendo a Deus por não ter sofrido violência física. Porém, reproduzindo em suas palavras, a violência que ele e outros sofreram: *“foi uma tortura mental”*.

Nesse momento o seu semblante fica mais sério, e fala de colegas que não usaram de estratégias como as que ele usava para burlar as perguntas que eram feitas pelos militares, e muitos se descontrolavam diante da pressão psicológica e queriam enfrentar ou fugir, de modo que ele relata ter sido necessário alguma vez ter “partido pra briga”. Falando sobre o modo do interrogatório militar, o Sr. Carlos começa a relatar um fato muito curioso, e que aparenta representar mais que um ato de companheirismo de luta, mas um gesto muito generoso de amizade. Porque dentro de uma realidade repressiva, certas atitudes poderiam custar-lhe a vida.

Sr. Carlos conta sobre como foi surpreendido por militares quando estava entre familiares e amigos (neste caso a família do seu amigo Santa Bárbara) numa rua onde moravam. Naquela ocasião Santa Bárbara encontrava-se na clandestinidade, e durante muito tempo o Sr. Carlos foi “pombo correio” (como se autodenominou), levando notícias do amigo para a sua família, pois eram vizinhos. Ele diz que os militares invadiram a casa onde estavam, procurando por Santa Bárbara, só que para segurança de todos, o local onde ele estava não era revelado, e a família apenas recebia de Sr. Carlos notícias sobre como Santa Bárbara estava. Percebe-se nessa fala de Sr. Carlos que tais atitudes faziam parte de uma espécie de protocolo que protegia o próprio grupo e as pessoas que não tinham relação alguma com a situação. Porém, isso não deixava de ser uma atitude também de lealdade, porque supunha mais que um comprometimento de um coletivo.

Em outra passagem da entrevista, o Sr. Carlos fala sobre uma movimentação que tinha sido programada para uma determinada comemoração, e nela houve uma situação que demonstra muito essa postura de lealdade que se sobrepõe ao mero comprometimento de grupo. E que revela para nós que estamos tomando conhecimento dessa intimidade das relações dentro dos grupos, de que existiam sim os ideais, mas também havia o lado humano e de companheirismo sincero. Este é talvez um ponto que parece ser pouco observado quando se pesquisa sobre os grupos de militância, suas ações, seus ideais, suas dinâmicas, enfim, as relações íntimas de amizade e solidariedade dentro dos grupos, que partindo de observações como esta poderiam ser

também estudadas para mostrar outras relações e comprometimentos estabelecidos dentro da comunidade que os integrantes dos grupos formavam.

Enfim, Sr. Carlos conta que era uma comemoração ao dia dos Gráficos, onde o patronado da cidade liberou a classe trabalhadora convocada pela Associação que Sr. Carlos liderava, para irem à missa dedicada aos trabalhadores. Ele conta que eles não sabiam que os patrões concordaram em liberar os empregados porque tinham um plano traçado com os militares para a captura do grupo, mas percebendo que a missa não começava, integrantes do grupo começaram a comentar que havia uma movimentação estranha e que ficassem todos preparados para fugir, como de fato foi necessário, pois os militares estavam a procura deles. Ele e mais alguns amigos conseguiram fugir, mas outros não escaparam e foram levados pelos militares. Nesse momento o Sr. Carlos conta como ele e os amigos que escaparam ficaram tristes com a captura dos outros que sofreram como ele mesmo diz: *“as consequências do Movimento Revolucionário”*. Porque segundo ele, os que foram pegos não eram do Movimento e foram torturados, mas não entregaram o grupo que Sr. Carlos integrava, e isso demonstra lealdade, mesmo por quem não estava envolvido e poderia clamar por sua própria vida.

Sr. Carlos fala também que em meio a tantas dificuldades o grupo foi diminuindo, mesmo porque o Exército começou a encurralar o grupo e muitos integrantes foram torturados presos e mortos, de modo que muitos começaram a pensar sobre a permanência no grupo. E o Sr. Carlos lembra como foi discutida a continuação do movimento em que a maioria pensava, disse ele: *“E aí o que é que a gente faz?! Só tem um meio! Tem que ficar um sobrevivendo pra contar um pouco da nossa história! E quem sabe gradativamente, futuramente fosse tentar modificar, mudar a situação do país!”*.

Nesse momento da entrevista foi impossível não perceber que naquela época a preocupação em não deixar que aquela luta fosse em vão, e que seria importante que tudo aquilo fosse contado no futuro com a esperança de que a situação do país pudesse mudar pelas gerações futuras, já permeava o pensamento das pessoas. É interessante que nesta fala, aparece mesmo que inconscientemente – ou talvez não – o desejo de nutrir uma memória para se fazer história.

Ao longo dessa entrevista, o Sr. Carlos relatou diversas situações em que se podia perceber mediante suas palavras e expressões que sua essência e postura pessoal não se separa do seu comportamento militante. Ainda que sua fala deixe transparecer

que os motivos que o levaram a militância partiram de uma necessidade pessoal de mudar a sua realidade, no momento em que essa preocupação se estendeu às pessoas que viviam a mesma realidade, esse demonstrou ser o primeiro passo dado para uma caminhada que revelava sua vocação para ajudar da maneira que fosse preciso a quem necessitasse.

As problemáticas sociopolíticas atuais também intercorreram algumas vezes a sua narrativa. A preocupação com a juventude e com a conscientização dela é um aspecto que ele salienta muitas vezes: “[...] *Como se voltasse aquele tempo da Revolução de “64”. Isso não pode mais acontecer! O povo tem que ficar atento, tomar bastante cuidado pra não ser manipulado mais uma vez!*”. Ele fala também, de sua descrença em relação à Comissão da Verdade e fala de maneira firme: “[...] *Eu não acreditei e não acredito! Porque daqueles companheiros meus, e de outras pessoas que faziam parte de outro grupo, até hoje sente como se tivesse vivendo aquele período de “64”. Ainda temem! Ficam com medo!*” e continua: “[...] *E eu fui ver uma vez, que participei de uma vez, pra dar uma olhada, pra ver como é que funcionava, e não gostei não! Porque houve muita omissão, houve muita covardia... e essa... não ia trazer nada de novo para a gente! Não ia trazer nada de novo! Não ia trazer... mudança nenhuma! Não ia trazer benefício nenhum! Porque essa Comissão... pra mim ela não esperou a verdade!*”.

É perceptível, principalmente por esse último parágrafo destacado acima, que a narrativa do Sr. Carlos é imbuída de um misto de razões e emoções. Sentimentos que parecem justificar as suas decisões no passado, tanto que ele diz que não se arrepende de nada do que fez e que faria tudo novamente. Razões e emoções que ficaram confirmadas quando foi lhe perguntado sobre o sentimento dele em relação a sua militância, o que ela representava em sua vida. E com muita simplicidade ele respondeu: “*Pra mim, como eu falei representa tudo! Vida, ‘né’?! Representa conhecimento é... representa maturidade... tá entendendo?! Representa pra mim acima de tudo o conhecimento que tenho, levar e distribuir com as pessoas nas palestras que faço!*”.

Com este último parágrafo, em que o Sr. Carlos faz suas considerações sobre sua militância, encerro sua apresentação. E saliento que, o que foi destacado para construir esse breve texto sobre ele, foi com o propósito de contar de forma concisa como foi sua vida militante, e para apresentar com esta prévia, uma motivação para a proposta de

uma futura musealização do registro do seu relato oral. Mais informações sobre o conteúdo da entrevista poderão ser consultadas no apêndice B, desta pesquisa.

Embora as perguntas estivessem prontas, elas não foram durante a entrevista, feitas uma a uma como estava programado, visto que a disposição do Sr. Carlos deu um fluxo diferente à dinâmica que pretendia aplicar, mas claro que de forma positiva porque dentro das primeiras perguntas ele acabou por dar respostas de outras que ainda iria lhe fazer. Mesmo que em alguns momentos a ordem cronológica dos fatos narrados por ele não tenha sido crescente, isso não afetou o objetivo de saber como foi a sua militância e o que a mesma representa para ele, e de que esta narrativa – que como tantas outras pelo país, faz parte do rol das “memórias ilegítimas” – possa vir somar para o social, no sentido de conhecimento e conscientização. Foram utilizadas algumas ferramentas metodológicas do Guia prático de história oral, conforme orienta José Carlos Meihy (2011), como as instruções para transcrição; textualização e transcrição. Estas duas últimas, usadas aqui para construir esse texto sobre o entrevistado. Também um roteiro simples, com perguntas para orientar e dar um sentido cronológico à entrevista, e utilizei também o modelo de carta de cessão para o entrevistado autorizar o uso da entrevista para transcrição.

A memória de uma pessoa é de fato uma estância particular, se pensarmos que o acesso a ela só é possível com a permissão da própria pessoa. Mas, quando esta é expressa e publicitada, e também musealizada pode ser considerada um “lugar de memória” não no sentido literal da palavra, mas no sentido de ser uma memória que pode ser acessada, uma memória que saiu de um estado íntimo para dinamizar um coletivo e dessa forma colaborar para a construção e manutenção da história social. A experiência de entrevistar o Sr. Carlos pôde trazer-me a oportunidade de realizar esta dinâmica.

Assim, conforme havia dito no início deste capítulo a respeito da brevidade sobre a apresentação de trajetória militante do Sr. Carlos Mello, é sob este aspecto que submeto a entrevista concedida e devidamente autorizada por ele, no apêndice da presente pesquisa na sua íntegra – para conferência e acesso a outros assuntos abordados –, como uma amostra a ser considerada para futura musealização dos registros da sua memória com a finalidade de um contributo histórico-social, bem como a sua tomada como estímulo para os que grupos de memória que pleiteiam pela legitimação de memórias do período da ditadura militar continuem suas lutas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentido desta pesquisa encontra-se na proposta de reflexão que ela traz acerca dos passos dados pela sociedade (que é de onde deve partir primeiramente o desejo de mudanças) em busca de uma memória que constitua muito mais que conscientização sociopolítica, e vá para além, engendrando novos valores morais que possam alicerçar sobre bases solidas um comportamento social que não venha corromper a democracia. A ditadura militar no Brasil deixou marcas indeléveis para as pessoas que vivenciaram esse período. Mais que apurar o tipo de dano que ela causou – moral, civil, político, físico, psicológico ou mesmo de morte – importa que mesmo após tantos anos, este episódio não pode continuar a figurar nas literaturas com a brevidade de uma cena do passado político que não teve importância para a história do país. A sociedade tem o direito de saber o que realmente aconteceu, e não aceitar mais a superficialidade com que esse problema é tratado em detrimento da impunidade de pessoas que ainda atuam no cenário sociopolítico do país.

Apesar de o governo possuir mecanismos de “reparação simbólica” e de apoio à memória desse período, e venha junto aos grupos afins da sociedade civil fomentar políticas de memória, isso não significa dizer que tais ações contentam e encerram as expectativas de uma sociedade que espera a muitos anos, que a justiça do país possa ainda – ao menos – “apontar” aqueles que foram os mentores e praticantes dos crimes que violentaram os direitos humanos e civis da sociedade brasileira.

Não é necessário pertencer à vanguarda resistente que sobreviveu à ditadura para entender o porquê desse repúdio. Basta “ser” humano e conhecer as “verdades” das histórias que apenas as “memórias ilegítimas” podem nos contar. E se nos for perguntado o porquê da possibilidade de considerar essas “verdades”, é melhor que antes “lembremos” que embora a história possua diferentes lados e narrativas, seria no mínimo sensato admitir que no caso brasileiro, a “memória oficial” legítima apenas uma memória: a que não conta a “memória dos que foram vencidos”.

Podemos dizer que a democracia amplia os diálogos que os campos da História – neste caso, ainda em processo de inserção de fatos ocorridos nesse período na sua composição – e da Museologia – que procura oferecer à sociedade os meios que vá para além da informação e alcance um conhecimento fruto de uma interatividade com este legado histórico – de modo que a reciprocidade de suas dinâmicas possibilita que o exercício da memória perpasse o “gesto da lembrança” e motive pelas suas inúmeras

possibilidades de expressão, uma memória instrumento de luta e de seu contributo para uma consciência sociopolítica.

No caso brasileiro, as expressões dos grupos sociais precisam ser como espelhos a refletirem o desejo de transcender no tempo, e trazer para as gerações futuras, novos discursos e perspectivas sociais que lhes permitam sair da sombra de um passado traumático e escuso. Sombra esta que insiste em ignorar de forma lamentável, leis que continuam a proteger os que cometeram crimes contra uma sociedade que tinha o direito de ser dissidente, posto que a justiça deveria assegurar que não só os sobreviventes à repressão tivessem o direito à memória, mas também a sociedade atual.

Com a expectativa de neste texto, estabelecer e sentir a relação da reciprocidade das dinâmicas dos campos da História, da Museologia e da Memória, e especialmente da Museologia, como meio de – se assim podemos dizer – administrar a Memória, uma vez que a intervenção na contextualização de suas lembranças para fazer com que a sociedade se relacione, crie vínculos racionais e afetivos com seu legado histórico, possa vir oferecer um apoio teórico e técnico para traduzir e interpretar através da musealização de documentos, monumentos, narrativas, etc.; ajudar a sociedade a se autoconhecer para enfrentar seus conflitos, tomar consciência das circunstâncias que determinou e continua a ditar sua realidade, e assim jamais apresentar um comportamento apático e permissivo para com as imposições de uma “memória oficial” e suas políticas de esquecimento. Esse é o papel da Museologia!

Procuramos a partir da reflexão de abordagens anteriores sobre o tema, entender o porquê dos grupos relacionados à memória de resistência à ditadura militar, insistirem em ir além do seu direito de “lembrar”. Foi possível compreender que, mais que obter justiça, reparação e direito a manifestar e materializar uma memória – por meio dos monumentos; sítios de consciência; livros; redes sociais; expressões culturais; manifestação na rua, etc. – trata-se de um desejo profundo, em especial daqueles que vivenciaram esse passado, de que isso jamais aconteça novamente.

Nossa conclusão também está na ideia de que a composição de uma história social, uma história coletiva, é feita por cada indivíduo atuante em sua sociedade. São por meio de suas ações que os fatos ocorrem. Embora a aplicação corriqueira da palavra memória remeta uma alusão ao passado, sugerimos aqui – ao menos para interpretação dessa pesquisa – que ela seja uma forma de intensificar o presente, porque do que ele

seria feito, senão apenas de uma constante expectativa do amanhã chegar para termos o que lembrar?!

Racionalmente a memória é seletiva, porque psicologicamente parece impossível armazenar a totalidade dos eventos vividos durante toda uma vida. Porém isso não é argumento forte para que se possa fundamentar a ideia de que a memória é frágil por apenas apresentar fatos e narrativas que tem representação e significado de cunho particular, sem relevância para o coletivo. É válido “lembrar” que os processos humanos histórico-sociais são formados e alimentados pela experiência individual ou em grupo, logo, voga o pensamento de Pollak (1992) quando diz que mesmo parecendo um fenômeno íntimo de cada um, a memória pode ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e passível de transformações. Assim, podemos relacionar o pensamento do autor com o de Worcman (2014) quando ao se referir à memória como conjunto de experiências vividas, dadas pelo processo da “lembrança” e do “esquecimento” levando o indivíduo naturalmente a selecionar em sua memória os acontecimentos que para ele tem significado mais considerável de acordo o seu referencial de vida, aquilo que vem lhe oferecer identidade.

A partir desse pressuposto comungado pelos autores, entendemos que propor a musealização do registro da memória militante de Sr. Carlos Mello consiste em lubrificar a engrenagem da lembrança de um passado. Este quando movimentado no presente, em sua narrativa, pode agregar, motivar e transformar a memória coletiva, pois como tantas outras desconhecidas, sua história é uma partícula que constitui uma história social e coletiva. A oportunidade de apresentar sua narrativa superou a expectativa de tecer uma pesquisa e tornou-se honra pela simplicidade com que Sr. Carlos disse ao fim da entrevista: *“[...] Que eu não devo omitir nem esconder nada! Pelo menos eu tô levando daquilo que eu passei para as pessoas que faz pesquisa, que estuda... e para as pessoas que pode-se dizer que tá começando agora que não conhecia uma pouco da nossa história! Eu acho que é uma obrigação minha!”*. Atitudes de simplicidade como esta, que se abstêm da vaidade de ter sua figura vinculada a uma expressão de utilidade e acesso público, caracteriza uma vontade sincera de ser útil e que o único interesse é ajudar um coletivo.

Nesse sentido, não importa o meio. A memória deve ser submetida aos processos que a inserem na dinamização da vida humana. É de livre escolha do indivíduo a maneira como ele se utiliza da memória dele para colaborar para a

construção da memória coletiva. É esta liberdade que dá o movimento das lembranças que ao serem retomadas e narradas, não caem no esquecimento e acabam por se perderem como fatos que aconteceram e não tiveram significado.

Assim, como salientado na justificativa da presente pesquisa, trabalhar com este tema significa dar início a um caminho no qual pretendo trilhar e conhecer mais e melhor sobre esse período que continua a escrever a história recente do país. Espero, ainda que com uma escrita de principiante, que esta experiência possa me levar a outras experiências mais profundas, que venham acrescentar-me conhecimento profissional e pessoal, de forma que nesta caminhada, estudando mais sobre o tema eu possa vir dar minha contribuição à comunidade acadêmica e à sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.
- ANSARA, Soraia. Políticas de Memória x Políticas de Esquecimentos: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**. Vol.12. nº24. pp. 297-311.
- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos**. 1ª Edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Cadernos de Sociomuseologia. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. 2003.
- CARVALHO, Luciana Menezes de. Waldisa Rússio e Tereza Schainer – dois caminhos, um único objetivo: discutir museu e Museologia. In: **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST – vol.4 nº 2 – 2011**.
- COELHO, Maria José H; ROTA, Vera. **Caravanas da anistia : o Brasil pede perdão.–** Brasília, DF: Ministério da Justiça; Florianópolis: Comunicação, Estudos e Consultoria, 2012.
- CURY, Marília Xavier. Novas Perspectivas para a comunicação Museológica e os desafios da Pesquisa de recepção em Museus. In: **Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, Volume 1, pp. 269-279. 2008.
- DECLARAÇÃO UNIVESAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em < <http://www.dudh.org.br/declaracao/> >Acessado em 09/07/2011.
- DESVALLÉES, André & MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria da Cultural, 2013.

DUARTE, Alice. Nova Museologia: Os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – Unirio. Vol. 6. Nº1. 2013.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo**. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira. Editora Civilização Brasileira. 1ª Edição – 2008.

FILHO, João Roberto Martins. **A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares**. Universidade Federal de São Carlos, Brasil. 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **Guia Prático de História Oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MELLO, Carlos. Transcrição de entrevista oral. [Feira de Santana - BA, 31 de agosto de 2015]. Cachoeira - BA: Museologia e História: Discursos, Ditadura Militar e Memória Ilegítima. Entrevista concedida à Maria Helena Fonseca da Purificação Borges.

MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. 1962 – O regime militar brasileiro: 1964 – 1985 / Marcos Napolitano; Coordenação Maria Helena Capelato, Maria Lígia Prado. São Paulo: Atual, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 1993.

PRIMO, Judite. Mesa Redonda de Santiago do Chile. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais – Organização e Apresentação. **Cadernos de Sociomuseologia**/ Nº 15. Lisboa, Portugal. 1999.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. – Rio de Janeiro: Vol. 5. Nº10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_ Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, nº3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar** – esquerdas e sociedade. Daniel Aarão Reis – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

**Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro:** estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. – Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. 284 p.

SOARES, Inês Virginia Prado. Desafios ao lidar com o legado da ditadura brasileira: e se usarmos os instrumentos protetivos dos bens culturais?!. In: **Custos Legis**. A revista eletrônica do Ministério Público Federal. Vol.4, 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. O Governo Goulart e o golpe de 64– São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Tudo é história; 48).

\_\_\_\_\_ 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista brasileira de História**. São Paulo, V. 24, nº 47. p. 13-28. 2004.

<<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/04/fachada-de-escola-que-mudou-nome-para-carlos-marighella-e-inaugurada.html>> Acessado em 14/10/2015, às 14h 25min.

<<http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>> Acessado em 18/10/2015 às 11h 38min.

<<http://memorialanistia.org.br/>> Acessado em 21/10/2015 às 18h 10min.

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> 11/11/2015 às 18h 45min.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)> 23/11/2015 às 10h 32min.

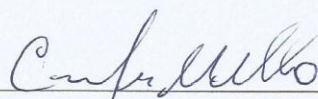
**APÊNDICES**

## Apêndice A: Carta de Cessão

## CARTA DE CESSÃO

Feira de Santana-Ba, 31 de agosto de 2015.Destinatário: Maria Helena Fonseca da Purificação Borges

Eu, Carlos Alberto Almeida Mello, portador do RG nº 00793594-34, declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais de minha entrevista gravada em Transcrição para Maria Helena F. da Purificação Borges usá-las integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Abdicando de direitos meus e de meus descendentes quanto ao objeto dessa carta de cessão, subscrevo a presente.



Colaborador



## Apêndice B: Entrevista

Transcrição da Entrevista ao Sr. Carlos Mello sobre sua militância política no Movimento Revolucionário Oito de Outubro onde atuou entre os anos 1967 a 1978 durante a Ditadura Militar. Entrevista realizada nas dependências do Jornal Folha do Norte na cidade de Feira de Santana- Bahia, em 31/08/2015 das 16h17min às 17h07min.

M<sup>a</sup> Helena – É...Boa tarde Sr. Carlos!

Sr. Carlos – Boa tarde!

M<sup>a</sup> Helena – Nós vamos fazer uma entrevista com o senhor. Como o senhor sabe, é pra o... dar início à minha Pesquisa de Monografia do curso de Museologia da UFRB, para fazer a documentação museológica do relato oral da sua vivência militante, enquanto militante do Grupo MR-8. E para isso a gente vai fazer uso da metodologia da História Oral para fazer esse registro documental da sua militância.

Sr. Carlos – Tá bom então!

M<sup>a</sup> Helena – Vamos começar com uma pergunta: Quem é Carlos Mello?

Sr. Carlos – Carlos Mello hoje é aposentado, é historiador e pesquisador da história do Município de Feira de Santana, o qual venho desenvolvendo um trabalho de palestras e também de escrita, as quais eu faço em faculdade, universidade, escolas particulares e municipais, escolas públicas...tanto é que na próxima quarta-feira (02/09/2015) estarei fazendo uma palestra na Universidade na UEFS de Feira de Santana e aí, a minha vida se tornou dedicar somente a pesquisar e fazer palestra da história do meu município de Feira de Santana.

M<sup>a</sup> Helena – Quer falar sobre a sua naturalidade, sua idade, sua profissão?....

Sr. Carlos – Pronto! Eu pra você ter uma ideia, iniciei meu trabalho como marceneiro, ainda criança, foi uma maneira de já ajudar meus pais que não tinham essas condições, e meu pai era na época hoje SUCAN, mas antes chamava Guarda da peste, hoje SUCAN, então logo cedo, 10 anos começamos já a trabalhar já cedo que era uma maneira de ajudar a família. E comecei como marceneiro, depois fui trabalhar na antiga Oficina Chevrolet em Feira de Santana e posteriormente comecei a fazer parte de uma pequena Tipografia. Foi a qual comecei a ter essa profissão de tipógrafo, de qualquer maneira me dediquei muito, estudei, porque era uma profissão que eu amava, ainda amo essa profissão, mesmo porque foi o que me deu subsistência de vida durante muito período, e

me formei, e no tempo que eu estudava, enquanto o tempo que eu estudava à noite e de dia eu trabalhava, né?! Não foi nada fácil pra a gente conseguir uma formatura no período em que os recursos eram poucos, e consegui me formar Professor primário, cheguei a ensinar.

Hoje estou com 69 anos bem vividos, não tenho do que reclamar, tenho uma família maravilhosa, uns filhos e netos também maravilhosos e amigos que me cercam também são muito bons para comigo. E tenho me dedicado a uma vida social filantrópica, que nós desenvolvemos um trabalho que em Feira de Santana de filantropia, de uma entidade, ela é centenária: Sociedade Montepio dos Artistas Feirenses, da qual faço parte como orador. E essa entidade desenvolve um trabalho social, um trabalho de ajuda mútua às pessoas carentes, e a í vou tocando minha vida nesse sentido e continuar com esse trabalho que já venho realizando há bastante tempo, do qual eu deixei de me dedicar a parte um pouco revolucionária de cobranças, de levantar aquela bandeira, de reivindicar melhoras para o nosso povo...essa coisa, venho me dedicando mais a vida hoje cultural.

Tanto é que hoje faço parte da Academia de Letras e Artes de Feira de Santana, faço parte do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana, assim como faço parte da Fundação Senhor dos Passos, uma entidade filantrópica ligada a desenvolver o trabalho histórico do nosso município, que é nós fazemos publicações de livros e reeditar livros “hoje” que são raros. E fui convidado pra essa fundação nesse sentido de fazer parte da memória histórica do município de Feira de Santana, ligado a Fundação Senhor dos Passos, não ligado à prefeitura, de hipótese nenhuma, mas a essa entidade a qual faço parte. Então, minha vida hoje estou levando assim nesse sentido agora, continuo praticando meus esportes que gosto, que é bola, é atletismo...Continuo nessa vida, e é uma alegria só!

M<sup>a</sup> Helena – Como e em que momento a militância começou a fazer parte de sua vida?

Sr. Carlos – Olha, a minha militância começou logo cedo. Eu tenho pra mim que são coisas que já nasceu já no sangue, né?! Eu desde criança, eu já sentia a barra pesada assim para o lado das pessoas menos favorecidas e também as pessoas menos fracas, lembro-me ainda criança com meus irmãos e a gente tinha aquela rivalidade principalmente quando participava de esportes e às vezes o camarada batia em meu irmão porque era de menor, e eu ia lá e tentava resolver da mesma forma (risos) tanto é que cheguei a praticar jiu-jitsu e luta livre, né?! Mas com o sentido de defesa, nem de

agredir nem atacar e porque sempre fui dedicado ao esporte e a cultura, e desde cedo eu via que havia uma necessidade de uma participação nossa no meio da comunidade no sentido de reivindicar melhoria para nós, porque eu lembro da família pobre sem condições nenhuma, pode dizer, de ter uma subsistência melhor né?! Então a gente já sentia na pele a necessidade de ser eu mesmo, de ser coeso e procurar brigar pelos direitos que nos era dado mas que o governo evitava né?!

Então, a gente tinha que buscar, e nessa busca, eu terminei buscando até mesmo no próprio trabalho com os colegas, vendo uma necessidade de a gente ser mais unidos para buscar essa ajuda, tanto é que tem uma fato interessante na Tipografia que eu trabalhei, que era a Tipografia De Carneiro, de Sr. Martiniano Carneiro, um excelente patrão mas quando ele tentou transformar essa empresa em Sociedade Anônima, no sentido de vender as ações ordinárias para ampliar um parque tipográfico, ele trouxe um Capitão do Exército, e já tinha prática nesse sentido de desenvolver e pôr em prática uma Sociedade Anônima, uma orientação.

Infelizmente ele trouxe a prática que ele aprendeu no Exército pra dentro da empresa, que antes de se transformar em Sociedade Anônima, nós eramos bem atendidos pela... pelo próprio chefe da oficina, pelo dono da Gráfica mas depois tudo mudou! Nós passamos a ter compromisso de cumprimento de horário muito antes do que deveria ser, ou seja, se nós tivéssemos de ser de oito às doze o nosso trabalho, nós teríamos que já estar quinze pra as oito já no pé da máquina pra desenvolver o trabalho, e além do mais, nós teríamos que chegar cedo pra na hora que desse oito horas já estar trabalhando.

E aconteceu um fato interessante; quando nós precisávamos de falar com seu Martiniano, com o Wilson, um dos filhos dele que era chefe pra reivindicar alguma coisa, teria que marcar assim...uma audiência, como se fosse uma...uma entidade...se tornou pra minha opinião trabalhista! E aí o que foi que nós fizemos?! Toda mão que nós chegávamos, chegávamos atrasados quinze pra oito, dez para oito, o cartão já não estava no ponto.

Eu vendo aquela situação, que nós foi que alavancou a empresa. Eu queria sentir o trabalho, o trabalhador e o empresário são parceiros mútuos da empresa para os provimentos porque um depende do outro. Um não pode fazer o trabalho sem depender do outro. E isso na empresa consistiu essa atividade, essa dificuldade que tava acontecendo. Aí eu cheguei e combinei com alguns colegas do trabalho, e disse: *olhe, tá aqui...contei aquele histórico como era a Gráfica...antes pobre do que tá hoje, que a*

*gente tá atravessando, o que é que nós vamos fazer?! Eu falei: olhe, nós vamos chegar todo mundo atrasado!*

Era eu, Zezé, Zé Renato, Gutemberg, Adelmo... Aí, o que é que nós vamos fazer?!...Eu disse: *Ô Zezé, você jogue seu irmão "panha" uma bola lá...que ele costurava bola de couro, nós praticava esporte... você providencia uma bola porque na segunda-feira todo mundo vai chegar oito horas! Não chegar quinze pra...é chegar oito horas! Sabemos que quando nós chegarmos lá oito horas o cartão não estava no ponto*

E aí o que foi que a gente fez?! Nós descemos tudo, vamo bater o baba lá perto da residência dele. Isso aconteceu! Nós chegamos oito horas na segunda, o cartão já não estava. Aí, a gente fomos embora! Aí, e amanhã?! Nós vamos agir da mesma forma na terça-feira, nós agimos da mesma forma! Quando foi na quarta-feira Seu Martiniano já estava esperando a gente perguntando o que foi que houve!

E eu fui interlocutor de toda situação mesmo porque eu não vi o...eu sempre procurei ser um bom profissional naquilo que abraçava, e que abraço...mas não sou o número 1! Mas fico sempre entre os 10 melhores! E na época existia também a escassez de mão-de-obra porque existia poucas gráficas aqui em Feira de Santana. Na média de umas três a cinco gráficas. E a mão-de-obra muito escassa...e ele aí resolveu nos conversar e atender os nossos pedidos e não tinha problema...mas assim...a gente chegasse dez minutos atrasados, coisa e tal...se precisasse conversar com ele...era só falar com ele...aí modificou completamente!

Então, a partir daí desse momento, eu já tava entendendo que havia uma necessidade dessa união, dessa força. E quando foi na década de 63, já fazendo parte desse movimento, aí foi que surgiu as amizades justamente com Santa- Bárbara que assassinaram junto com o Lamarca, né?! Ele era gráfico, o...Brasil, numa situação começou com o Governo...

Aí foi...já em 64 nós começou já com o Movimento, vendo a situação do país que não tava nada fácil com a escassez de trabalho, a situação difícil no atendimento previdenciário...foi uma complicação! Então nós pensávamos de ter uma mudança. Então, onde seria essa mudança?!

Essa mudança seria na participação de algumas entidades revolucionárias, no sentido de a gente tentar reverter o quadro que o país estava passando. E como eu fazia parte desses Movimentos aqui em Feira de Santana, sempre estava à frente desses

Movimentos desenvolvendo esse congressamento da classe trabalhadora de um modo geral, principalmente no setor gráfico, eu comecei também a procurar saber...e que o gráfico tem seu dia à comemorar que é o 7 de Fevereiro. Então eu disse: *Puxa!...logo que é o 7 de Fevereiro, nós vamos discutir e começar a se reunir dia de 7 de Fevereiro*, no Centro Social Jomário Falcão que era o SESI, para nós comemorarmos nossa data. E começamos a fazer isso!

Nisso, eu fui observado por outras pessoas, é...que faziam parte já do Movimento nesse sentido, e vendo a maneira com que eu conseguia agregar todos esses trabalhadores de um modo geral, e também até de inclusive, até outras entidades. E aí eu recebi esse convite pra fazer parte desse Movimento revolucionário, com o intuito de a gente tentar mudar a situação do país.

Mas antes de eu fazer parte desse Movimento Revolucionário, eu já tinha sido convidado pela FNT, que era a Frente Nacional dos Trabalhadores. Uma entidade não governamental, situada em São Paulo, e comecei a fazer parte dessa instituição também como representante do Estado da Bahia. E essa FNT, ela tinha por finalidade conscientizar a classe trabalhadora. Conscientizar num sentido de procurar descobrir seus direitos, seus deveres, suas obrigações, no sentido de buscarmos e cobrarmos isso aí do próprio Governo, e da própria empresa que nós trabalhamos.

E aí comecei a viajar por esse Brasil todo, justamente levando essa proposta de conscientização da classe trabalhadora no sentido de já se agrupar e formar Associações e Sindicatos, principalmente na zona rural. E aí resultado...(som de celular tocando no ambiente) e aí o que foi que houve?! Então, a gente...comecei a fazer parte e desenvolver esse trabalho, e fazer parte também desse Movimento Revolucionário Oito de Outubro, que foi em homenagem a Che Guevara quando foi preso na Bolívia. Por isso que se chama MR-8, esse Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

E começamos a desenvolver esse trabalho, existindo no próprio grupo, pessoas que aderiram à forças armadas, a material bélico pra ter um enfrentamento com o Exército e... um grupo não admitia...eu mesmo não admitia a nós partimos pra uma luta armada. Eu acreditava numa Revolução Cultural, no sentido de conscientizar e buscar o direito dentro daquilo que seria previsto. Aí comecei já a desenvolver esse trabalho, e nesse convite que foi feito pelo MR-8, aí comecei a desenvolver esse trabalho dos Movimentos de conscientização com a classe trabalhadora, e aí viajar por esse Brasil inteiro desenvolvendo esse trabalho. E essa foi uma maneira que eu encontrei de

conscientizar, de partir...de a congregar, e levar o conhecimento para os demais companheiros.

Ocorre que na minha família meu pai era contrário a esse tipo, qualquer tipo de Movimento, mas por outro lado eu tinha um tio que morava no Rio de Janeiro que ele era, fazia parte do MR-8. Esse “Tio Nelson”, ele era que a gente trocava ideias, conversava, e ele sempre me instruíra de tal maneira que eu tomasse os devidos cuidados. Qual era os devidos cuidados que a gente deveria tomar?!

Eu fazia parte do Movimento Cultural, do Movimento do Esporte, e dos Movimentos Sindicais. Aí era fácil lhe dar com o pessoal e levar mensagem dos nossos Movimentos, era fácil. E...dados esses Movimentos, você pode ter uma ideia que em 1985 eu consegui reunir todas as classes trabalhadoras de um modo geral. Aí foram os Sindicatos dos Comerciários, dos Bancários, da Zona Rural, dos Gráficos que ainda era Associação, dos Taxistas, dos Autônomos, dos Encanadores Autônomos...e nós realizamos em Feira de Santana o I Encontro da Classe Trabalhadora, isso em 1985.

Era na época ainda aqui...se não me engano, o governo ainda era o...deixa eu ver o nome dele meu Deus...que inclusive tentou revolucionar, querer mudar a situação pra I Movimento, para se fazer uma eleição direta, né?! E aí nós fizemos esse Movimento trazendo para fazer palestra menos...quem que era pra fazer palestrante um dos maiores políticos que o estado da Bahia já teve que foi Francisco Pinto.

Ele foi vereador, foi prefeito em Feira de Santana mas foi deposto pelo Movimento Revolucionário que não aceitava a...principalmente a Igreja também ajudou muito, nesse sentido de combater os Movimentos Revolucionários e com a participação do Exército, aí depuseram Francisco Pinto. E houve a participação do ex-prefeito também Colbert Martins também, e tantas outras pessoas fizeram parte desse Encontro da Classe Trabalhadora, e foi um êxito muito bom, e se pensou até em continuar fazendo.

Mas ocorre que nesse Movimento, como o Exército fazia sempre, infiltrava pessoas nesse Movimentos, e eles fazem como se fossem companheiros nossos, participava dos Movimentos, das “passeada” das reuniões, mas no sentido de denunciar onde nós estávamos. E aí eu sei que não foi nada fácil...foi nada fácil! Mas eu achei assim uma coisa distraída, divertida porque nós estávamos levando a nossa mensagem de união a classe trabalhadora e os menos favorecidos.

E aí começamos a desenvolver esse trabalho com aqui... em 1985... Aí participei da I Conclate em São Paulo, que foi na Praia Grande em São Paulo no dia 21 a 23 de agosto de 1981, em que houve o maior número de entidades presentes com mais de 5000 delegados tirados das bases para se discutir a situação do país. Inclusive tirarmos um documento nesse Encontro da Conclate, em que levamos o quê?! A situação... a falta de emprego que estava gerando no país naquela época, a previdência social que não nos atendia, e pedimos nesse documento seis meses de estabilidade da empresa, esse documento foi entregue ao Governo da época, né?! Justamente nesse sentido de atender essas reivindicações.

Isso aconteceu em 81, em 82... aí nesse...nesse período de 81 eu fui numa Comissão pra criar a CUT, Central Única dos Trabalhadores. E daí partiu essa formação e outras entidades sindicais foram surgindo com o decorrer do tempo. Era uma...era uma participação muito efetiva teria a participação de todos... e sempre nesse período que a gente fazia parte, eu fui convidado...eu participei umas três vezes...eles chamavam “o convite”.

Quando o Exército nos “convidava” a gente já sabia mais ou menos do que se tratava (risos). Alí ia ser uns “puxão” de orelha, tentar de qualquer maneira nos coagir pra passar algumas informações, e nós habilmente...alguns se saíram muito bem! Eu mesmo “se saí” muito bem!...Que meu tio me orientava, é...eu tinha um parente que era do Exército Brasileiro também na época, mas meu pai sempre me alertando com aqueles cuidados e eu tomava cuidado.

E aí eu disse: *ó, vou aprender a fazer o mesmo jogo deles!* Fazer pra todos os efeitos, eles pensar que... eu estava nesse sentido. Aí eu comecei também a aprender com as armabilidades do próprio Exército, qual era o trunfo que eles tinham pra persuadir a pessoa e chegar pra pessoa se entregar.

E algum período quando eu trabalhava em Salvador, é...o Santa Bárbara que foi colega de trabalho, esse que eu falei que assassinaram junto com o Lamarca, eu é que servia de...como se fosse assim uma espécie de pombo correio! Eu que trazia a mensagem de Santa-Bárbara, passava pra os familiares que morava defronte lá de casa...que eu morava na Rua Voluntário da Paz, porque eles moravam defronte. E sempre que eu chegava, eu ia lá pra casa deles, dava mensagem de Santa-Bárbara, como é que ele estava e tudo mais.

E ocorreu que numa noite dessas que nós estávamos lá jogando dominó com um dos irmãos de Santa-Bárbara, os pais, e outras pessoas amigas, meu cunhado...de repente nós sentimos a casa ser invadida pelo Exército. É... eles entraram pelo fundo...entraram pela frente, tentando descobrir onde é que estava o Santa-Bárbara. E o Santa-Bárbara não estava, e os familiares também não sabiam onde ele estava. Mesmo assim eles tentando descobrir dos pais de Santa-Bárbara como, onde é que estava, e terminou conduzindo os pais de Santa-Bárbara lá pra o Batalhão de Polícia Militar, que era alí próximo da Igreja Matriz que ficava na Praça Carlos Bahia, pensando que eles tavam descobrindo.

Naturalmente que ele não podia descobrir, dizer nada, porque eles não sabia onde estava! Que era uma maneira com que a gente agia e não dizer onde estava, mesmo sendo os familiares com o sofrimento deles, que eles passavam, a gente não podia jamais dizer onde é que eles estava porque essa parte...além de ser Santa-Bárbara, ser conduzido de uma maneira, como foi ao cárcere, né?! Passado pelas torturas, que muitos passaram, outros não aguentaram, não sobreviveram e morreram, e nós do MR-8 sempre desenvolvendo naquele trabalho.

Com o tempo, nós resolvemos aqui em Feira de Santana, eu já com a Associação dos Gráficos, e fiz um convite à classe trabalhadora que nós precisávamos comemorar o 7 de Fevereiro com uma missa que ocorre que o 7 de Fevereiro caiu justamente numa segunda-feira. E a “segunda-feira” da “Feira”, ela era tão assim...prevalecia em todos os feriados! Ela chegou até a mudar o feriado de 7 de Setembro porque caía numa segunda-feira por causa da Feira. E ocorre que houve uma combinação dos empresários liberar o pessoal.

Santa-Bárbara trabalhava na Tipografia Santana. A Tipografia Santana era de Remo. Era um Sargento do Exército, e como o Exército tava fazendo para pegar nós, aí combinou com a classe patronal que deveria liberar a gente pra essa missa. Mas liberar num sentido de pegar nós mesmo!

Aí combinamos a missa. Combinamos com o Padre, era Padre Galvão na época, e fomos todo mundo pra Matriz. Em volta lá... a missa era pra começar oito horas. Sete horas nós estávamos lá...É...a orientação que nós recebemos do próprio Movimento Revolucionário do grupo, dos nossos companheiros...era também agir de maneira estratégica...nós não ficamos tudo fechado num grupo, a gente tinha que buscar



caminhos ou meios, onde houvesse a “batida”...tivesse condições de nós escapular, fugir...Que é a liberdade de correr bastante de pé!

Então eu...o que foi que eu fiz?! Eu...ficou eu, finado Zezé, já faleceu...Edvaldo e Santana, ficamos observados, ficaram alí pela Igreja, e também não ia passar pra eles da situação que a gente tava atravessando...e oito horas deu a Igreja não abriu. Oito e meia a mesma coisa...eu achei estranho aquilo, porque o Padre nunca falta com o seu horário e além do mais nós estávamos sentindo que tava aparecendo pessoas estranhas ao nosso Movimento. Aí ei falei: *Zezé, a coisa parece que...o Padre não vai abrir a Missa, e vai ter problema aí! Vamo ficar preparado pra correr!* Aí ele disse: *é mesmo?!* Eu disse: *se prepare que a gente vai correr!*

Resultado! Quando foi quase nove horas ele fez o cerco. Quando ele fechou aí eu desci em disparada com o Zezé, mais Santana e Edvaldo...a casa de Zezé fica depois do Batalhão por onde nós passamos correndo e eles não conseguiram pegar a gente, até que conseguimos entrar na casa de Zezé e ficamos lá! Ele conseguiu pegar uns cinco. E esses cinco sofreram as consequências do Movimento Revolucionário sem fazer parte do Movimento Revolucionário...é...o que nos magoamos e o que mais nos deixou chateados...justamente aquelas pessoas que não faziam parte talvez num sentimento, estavam sendo castigados por um ato que ele não fizeram parte e não cometeram.

E aí eu sei que uns dois ficou doente, os três eles liberaram logo no outro dia, mas os pais ficou naquele sentimento...onde é que se encontram... E os outros dois eles permaneceram ainda lá no cárcere , coagindo, batendo, machucando... pra descobrir alguma coisa mas eles também foram de uma maneira assim cortês com a gente que fazia parte do Movimento! Não disse quem era...também não disse!

E aí o tempo foi passando, passando e nós viajando por aí fazendo parte do Encontro da Conclate e vários encontros da classe trabalhadora, principalmente Salvador, era os encontros que fazia, São Paulo, viajando bastante... Eu agia das duas partes: FNT-Frente Nacional dos Trabalhadores , e do MR-8 –Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

Então, o que é que a gente fazia?! Eu utilizava mais a FNT, que se mostrava uma entidade não governamental, mas que tem um...era mais pacífica de Movimento armado, pra nós desenvolver o nosso trabalho e levar o nosso intuito é de seguir adiante...foi isso que nós fizemos!

Fizemos esses encontros e com o passar do tempo, aí nós fomos cada vez mais diminuindo o grupo... Porque o Exército começou a fechar o cerco, nós não tínhamos condições nunca de combater... Era inadmissível... Era impossível tentar combater porque a maioria não estava preparado! Alguns aderiram ao armamento, outros não, como eu não aderi! Jamais aderi a armamento, como os demais colegas. E alguns foram dizimados, ou seja, assassinado pelo próprio Exército. Sendo que para acontecer isso teve uma ajuda muito grande dos Estados Unidos. Como você sabe, até hoje ele continua interferindo nos países, interferindo... E era um complicado muito grande porque essa ajuda favoreceu ao Exército Brasileiro, aí eliminando gradativamente a todos que faziam parte dos Movimentos Revolucionários.

E com o tempo que nós fomos sentindo essa perda dos demais companheiros e demais colegas, foram diminuindo nossas forças e chegamos a uma conclusão se nós continuarmos ou não! Aí, após um encontro que nós fizemos com todos os grupos, vendo que uns já não faziam parte, que uns continuavam presos e outros morreram mesmo... E aí o que é que a gente faz?! Só tem um meio! Tem que ficar um sobrevivendo pra contar um pouco da nossa história! E quem sabe gradativamente, futuramente fosse tentar modificar, mudar a situação do país!

E aí por unanimidade de todos, nós resolvemos cada um ir se “debandando” pra seu canto, continuar com seu trabalho, mas no continuar de levar... De levar a mensagem...

E por incrível que pareça até hoje continuo levando essa mensagem! (risos) Uma mensagem de... De união, uma mensagem de lutar pelos seus direitos, e os cuidados que nós devemos ter em escolher os políticos, naqueles que nós vamos votar... E isso aí, esse trabalho a gente vem realizando.

E o MR-8 desenvolveu um trabalho?! Desenvolveu sim! Foi salutar?! Na minha opinião foi! Porque nós levamos muitas mensagens, conseguimos estabelecer algum desenvolvimento, é...dos Movimentos Sindicais pra outras regiões. Foi... Conseguiram! Mas infelizmente prevaleceu a força maior, a força do... Como é que se diz?!...Da, da...brutalidade! E aí culminou com a perda de continuar com esses Movimentos. Até que aos poucos, gradativamente, o país foi mudando, tentou trazer a democracia pra esse país e teve de qualquer maneira parar, não teve como dar continuidade pra esses Movimentos!

Foi uma situação... Na minha opinião, foi boa?! Foi! Teve bom proveito?! Teve! Mas infelizmente não deu pra continuar. Porque eu creio que a necessidade agora que nós precisamos é fazer um Movimento Revolucionário Cultural como sempre “apreguei”, com a maneira de sabermos escolher os nossos políticos, com a maneira de nós continuarmos e irmos à rua. Pra quê irmos à rua?!

Justamente pra ir à rua, penso no sentido de pra ir à rua, como eu tô vendo no momento em 2015, eu tô vendo que a massa tá sendo usada! A massa ainda não acordou pra isso! Tá sendo usada! Tá sendo manipulada! E ele não acordaram, que nós precisamos ir pra rua, é justamente pra exigir uma reforma política e uma reforma judiciária. Não o que eu estou vendo hoje aí! Tentar derrubar um Governo...que democraticamente também foi eleito, como o Golpe que aconteceu em “64”...”eles” estão agindo da mesma maneira!

Então, o que nós precisamos é fazer uma Revolução Cultural de conscientização, de que é necessário se fazer uma reforma política e judiciária, que irá a maioria dos “bandidos” que está na Assembleia Legislativa, na Câmara dos Deputados, nos Senadores, na Câmara de Vereadores...não manter eles lá mesmo com processo de corrupção, da “roubalheira”, é... de assassinato...eles continuando lá! Porque eles mesmos criaram as leis pra beneficiar eles! Somente eles, e o povo precisa acordar nesse sentido pra evitar essa manipulação e ficar atento pra as manobras que tão cada vez mais através das mídia que tão aí funcionando. É o papel delas...deles! Como se voltasse aquele tempo da Revolução de “64”. Isso não pode mais acontecer! O povo tem que ficar atento, tomar bastante cuidado pra não ser manipulado mais uma vez!

\*PAUSA DEPOIS DE RESPONDIDA A PERGUNTA. INICIA-SE UM BREVE DIÁLOGO ENTRE ENTREVISTADO E ENTREVISTADORA.

Sr. Carlos – O que mais?!... Vê aí o que falta pra a gente... (risos)

M<sup>a</sup> Helena – É... algumas perguntas aqui o senhor já acabou... é...

Sr. Carlos – Uma pergunta já foi levando, né?!....

M<sup>a</sup> Helena – É... foi levando aqui... respondendo umas perguntas que teria aqui pra fazer como: o seu engajamento político se deu por iniciativa própria... Já foi respondida dentro dessa pergunta... Como foi sua entrada no MR-8... Mas, é... o senhor tem

lembranças, é... até por conversas dentro do próprio grupo como que o MR-8 foi iniciado em Feira de Santana?

\*RETOMAMOS A ENTREVISTA.

Sr. Carlos – Olha, o MR-8 foi, teve início se não me engano foi em 1967 a 68 já, em Feira de Santana. Foi, já começou essas viagens que nós fazíamos à... pra fora do Estado e... já dentro do Movimento FNT, e dos Encontros que a classe trabalhadora começou a fazer no Brasil todo, principalmente Salvador, participei de muitos! Então, a partir daí já começou a trazer esses Movimentos pra Feira de Santana, que era uma... era uma das cidades fora do Estado da Bahia, uma das maiores, né?! E facilidade com que estava desenvolvendo os Movimentos inclusive estudantis em Feira de Santana propiciaram isso, trazer pra cá! Então, criou que entre 67/68 foi que iniciou em Feira de Santana a desenvolver esse trabalho já pensando na aglutinação de mais pessoas a participar desse Movimento!

M<sup>a</sup> Helena – De que forma eram marcados os encontros do grupo e onde aconteciam em sua maioria? Aqui na cidade?

Sr. Carlos – Ó, aqui em Feira de Santana os encontros eram interessantes! Que a gente tinha esse contato diário com o companheiro. E aí avisava: *olhe, hoje nos vamos ter uma reunião na própria biblioteca!*... E na biblioteca de Feira de Santana existia um auditório, tá entendendo?! Existia os museus também... a gente procurava lugares assim, e até em estádio de futebol a gente fazia esses encontros, no próprio SESI no Centro Social (palavra não compreendida) do SESI, esses encontros... até dentro do cinema nós fazíamos esses encontros, com uma maneira de discutir e procurar a maneira estratégica de agir. Então, os encontros... era, variado... até dentro do mato a gente se encontrava, até pra fazer essas reuniões, né?! Até dentro do mato, né?!

Agora com aquele cuidado, né?! Que não fosse observado, né?!... pela milícia, de olho em todo mundo, já com aquele cuidado, pra que era quem, quem era quem!... Nós já estávamos sendo visado porque ele procuravam saber quem participava dos Movimentos...quem era estudantis... até dentro dos movimentos de esportes eles participavam pra saber quem era quem pra botar um “virgília”. E pra você ter uma ideia, teve um Encontro, é... dos militantes daquela época do...(palavra não compreendida) da Polícia Militar do Exército... e dizia: *olha, eu lembro de você!*... *A gente sabia pra onde é que você ia!*...*Sabia de tudo!*...

Então, de vez em quando encontro “ele”, “desses”... aí “ele” diz: *mas você...a gente ficava olhando assim você...e coisa e tal!*... Sempre encontro “desse”! ... Eu disse: é...mas agora mudou! Agora não existe “aquele tempo de você”!... Agora você... tá bom de a gente revidar agora pra você agora então! (risos) Mas o país é um país democrático! Tanto é que Dilma tinha todas condições de dar o troco neles e não deu! Não deu!

Então, é um país democrático, que a gente tá vivendo dessa maneira aí... Mas o encontro nosso era esse aí! Era... no mato, era participando de esporte, era no cinema, era em algum clube sociais que existiam alguns aqui em Feira de Santana, era na porta do trabalho às vezes batendo um papo ali descontraído, era num bar...a gente sempre tinha um lugar pra se encontrar pra se reunir. E esse contato diário é que facultava a gente se encontrar rapidamente com os colegas e reunir o grupo, justamente pra discutir a nossa ação aqui em Feira de Santana.

M<sup>a</sup> Helena – O senhor foi torturado?

Sr. Carlos – Eu não... eu não falo torturado não! (risos) Graças a Deus, não! (risos)

Porque eu tinha uma maneira de... de...pra vo...sincero eu fiz teatro! Tá entendendo?! Então eu fiz teatro. Fiz teatro no SESI em Salvador, algumas apresentações de algumas peças... E não fui torturado, mas a tortura que eles davam, era uma tortura...como se diz assim?... Uma tortura mental!

Porque o cara ficar ali...”convida”: você vai! Bota você sentado no centro e fica três, quatro, cinco em volta de você fazendo aquelas perguntas, é...bombardeando com perguntas...ali é uma tortura! Então, ali tem mais uma tortura material, eu não senti não! Mas a tortura que a gente sentiu era essa! A maioria passava por esse tipo de tortura.

Outros que eram mais...é...não aceitava, queria fugir?!... Como é que eu tô ali em memória, tô só?! Com cinco! Eu vou enfrentar esses caras?! Eu não posso enfrentar! Tenho que tirar de doente pra ser visitado! A gente tinha que fazer isso! Tinha que tirar de menino besta...de menino pidão...com tudo que... a gente...

Mas a gente tinha uns colegas nossos, que eles não “guentavam” aquela pressão, se “estoravam” e a gente tinha que partir até pra briga! Ele sozinho contra cinco, contra três?! Como é que pode?! Então a estratégica nossa era justamente isso! Tirar de “bestaiado”, de ser coisa com coisa...justamente pra confundir as perguntas que eles faziam.

M<sup>a</sup> Helena – Os lugares, as pessoas, as lembranças materiais de sua militância, o que representam na sua vida?

Sr. Carlos – Olhe, me apresenta assim...pra mim tudo! Um conceito de vida! Tá entendendo?! De sobrevivência, né?! Porque não foi fácil! Me representa minha própria vida! Tá entendendo?! Porque eu aprendi muito! Aprendi muito nessa convivência, nessas viagens que fiz com pessoas de várias religiões, de várias ceitas, de várias situações, de vários municípios, de vários Estados...até com os indígenas nós vivemos também, com o movimento negro também... Então eu aprendi muito, e me trouxe muito...como é?!...subsistência...e...e me trouxe subsídio! Que eu adquiri hoje, adquiri no a fazer parte desses Movimentos tudo aí!

Então pra mim foi salutar! Foi salutar na medida dessa convivência, e do que...das coisas que a gente vai aprendendo...se tornou salutar!

E eu achei ótimo!... E faria tudo de novo!

Não me arrependo em nenhum centímetro das minhas participações nisso porque fazia parte da nossa vida lutar pelos nossos direitos! Lutar pelo um país mais humano, um país mais solidário, um país em que as rendas seriam divididas iguais! Era se pensado assim, num país socialista, né?! É... em que os bens servem divididos para todos! E não ficar num pequeno grupo com a maioria... e a maioria sem nada! Nós pensava muito isso!

O cumprimento da própria constituinte de “88” que fala...é bem clara a Constituinte! Que coisa bela é essa Constituinte nossa! Mas se a gente fizer uma pergunta a nós mesmos: Por que não é cumprido o que está na constituinte?!...Principalmente tem que ser tratado do salário, da educação, da saúde...por quê?! Por que acontece?!... Porque aquelas pessoas que nós coloca no poder faz o quê?!...Pra ter as leis pra eles! Primeiro, segundo, terceiro eles!

Porque se houvesse assim uma...se houvesse de fato a Constituinte que é uma obra-prima pode-se dizer, a não ser que seja copiado até de outros países para sobrevivência melhor pra gente...nós estava num país, num dos melhores do mundo! Porque esse país...cê vê com a “robalheira”, com a sangria que existe...ele continua resistindo, continua resistindo! E com esses indivíduos lá no Poder...lá na Câmara, na Assembleia, é...no Senado que fizeram as leis pra eles...continuam lá!

Por que eles não botam um exemplo assim?!...Porque eles não teriam...um exemplo...por que eles não botam dois, três salários mínimos?! Mas que com esse dinheiro eles pagassem o quê?! O que nós pagamos! Nós pagamos a previdência! Nós pagamos a água! Nós pagamos a luz! Nós pagamos o nosso estudo! É...a...o nosso vestiário! A nossa casa!...Deviam fazer com eles a mesma coisa! Por quê ele não fizeram essas leis pra eles?!

Então, tá necessário fazer mudanças radical contra esses indivíduos que está lá nas Assembleias, justamente com a reforma política e judiciária!

M<sup>a</sup> Helena – Quando e como foi a sua última ação no Grupo Revolucionário MR-8?

Sr. Carlos – Olha, nós... eu quando fui participar...do...do último encon... Nós fizemos um encontro pela FNT em São Paulo, Itanhaém se não me engano...São Paulo, foi Itanhaém, em que vieram...sindicalistas de toda Europa, da América Latina, da América do Sul, dos europeus...e eles já mostravam a situação desses movimentos lá nesses países...já uma decadência. A decadência porque a classe trabalhadora, ela não procurou, é...sobrepôr às organizações empresariais do grande capitalismo. E foi decaindo!

E quando foi em “87”, por aí assim...que eu já tava...a gente já tava vendo uma situação nossa do Movimento também decaindo com o assassinato companheiro, de alguns presos, já foram diminuindo...então a gente já começou já a “se sair”...do Movimento...em “87”.

E aí em “91” foi meu passo definitivo, que eu deixei de fazer parte de todos os Movimentos, é trabalhistas...sindicais e revolucionários porque eu já sentia essa mudança! Já sentia que a classe trabalhadora já não estava mais tendo aquela ênfase que tava lá período da década de 60, 70 e 80. Não sei por quê! Foram decaindo mais a participação, sendo que naquele período de 60, 70 e 80 quando nós fazia Movimento dos gráficos...os gráficos faziam o Movimento...havia uma participação dos bancários, dos metalúrgicos, borracheiros, havia aquela solidariedade!

E aqui de “91” pra cá começou desaparecendo, não existia mais essa solidariedade de uma entidade ajudar a outra. Como nós vemos hoje, é...vê assim uns gatos pingados fazendo aquela...aquela greve sem muita coisa. Tá entendendo?! Sem muita participação da própria classe trabalhadora...então nós vemos uma decadência! Nesse sentido...aí eu

comecei também a sair dessa parte e me dedicar somente a pesquisar a história do meu município.

Mas eu continuo levando a minha mensagem! Não fico sem levar a minha mensagem não porque nós precisamos alertar os nossos jovens que estão surgindo aí! Essa é a necessidade!

M<sup>a</sup> Helena – Houve um momento em que oficialmente as ações do grupo foram declaradas encerradas? A liderança do grupo oficializou isso?

Sr. Carlos – Não houve uma oficialização. Nós mesmos sentimos na pele e no próprio grupo a decadência! Porque aquelas lideranças já eram torturadas, já eram presas, era assassinadas...Então o grupo...foi nesse sentido que a gente de um modo geral, que viu que já havia já a necessidade de parar! Justamente por isso! Porque alguns dos companheiros nossos além de serem assassinados, foram eliminados e o próprio grupo foi sendo desmotivado devido a não participação e aglomeração de trazer mais pessoas a participar do grupo.

Porque a pressão e o medo do que foi implantado era de tal maneira, principalmente aqui em Feira de Santana quando trouxeram um Capelão, trouxeram esse indivíduo, ele se infiltrou na polícia militar foi representante, justamente pra coagir o avanço dos nossos Movimentos. Se nós tivéssemos reunião assim de três, quatro, cinco pessoas...o Capelão chegava e dispersava o pessoal, mandava embora, botava no jipe. Eu mesmo, ele me levou pra casa umas três ou quatro vezes!... *E aí? Onde é que você mora?!...* Porque na época o colégio encerrava quinze pra onze, e não existia ônibus! Ônibus naquele período em Feira de Santana era...não existia!

E aí descia a pé com dois, três ou quatro ou cinco, e às vezes a gente passava até no “baixo meretrício” mais por curiosidade (risos)... porque pra curtir...e acontecia que ele aparecia...não sei como! Pegava a gente e falava: *isso é hora de menino estar aqui?... Esses jovens filho de família boa... Vamos...vamo em tal lugar!... Suba aqui na jipa!...* E a gente subia no jipe e ele levava a gente em casa, e chegava lá falava: *ói, encontrei em tal lugar!* Entregava a gente!...Era uma surra que a gente levava, né?!

E foi sempre assim! Então esse Capelão coagiu...impedia de qualquer movimento...duas três pessoas...ele chegava até que nós tivéssemos assim num bar, tinha um “Predileto”, um abrigo aqui no centro da cidade que ficava aberto diariamente. E aí que a gente



quando saía quinze pra onze passa nesse bar “Predileto” pra quê?! Nesse ponto?! Pra tomar uma vitamina! Tomar um sorvete! Chupar um picolé!...

Ele aí sabia da aglomeração que existia nesse...nesse “Predileto” que era um ponto, ali no abrigo...que chamava “Abrigo Predileto”...sabia que a gente tava ali e aí encostava o jipe e levava a gente...e às vezes saía até sem pagar porque ele colocava dentro do jipe... *e vamo levar pra casa!...e levava!*

Então este camarada deixou muita gente azucrinada aqui! E às vezes a gente provocava ele pra ver a “carreira”, pra a gente correr mesmo, provocava ele! (risos) Ele com aquele jipe, saltava, corria atrás da gente...era...nós envolvia os estudantes nessa labuta, que os estudantes também gostavam de participar dessas coisas...era uma diversão! Tá entendendo! E assim a gente foi levando, e o capelão...graças a Deus!....Deus sabe quando ele foi...ninguém sabe! (risos) Mas que ele criou terror em Feira de Santana, ele criou!

M<sup>a</sup> Helena – Em sua opinião as ações do grupo chegaram ao objetivo pretendido?

Sr. Carlos – Ó, em parte sim! Porque pra você ter uma ideia até hoje tem pessoas desenvolvendo trabalho de conscientização. Continua né?! Em parte sim! Continuou e continua, né?! Fazendo esse trabalho. Apesar de nós na idade...eu mesmo já tô com 69 anos e alguns meses já faço 70, né?! A gente...eu não me sinto cansado! Me sinto cada vez mais é... fortalecido pra continuar! Então, a única semente que ficou foi essa! De alguns continuar desenvolvendo esse trabalho...é... nas suas palestras falar, motivando os jovens que tão chegando aí a ficarem mais atentos, a participarem da vida política dos movimentos, justamente...pra eles ir se conscientizando de que a mudança pode vim a partir deles!

Então eu o penso que houve essa sementezinha que ficou e deu pra atingir em parte esse objetivo. Mas a outra, que nós pensávamos de fazer a revolução, mudança foi impossível!

M<sup>a</sup> Helena – O senhor foi convidado para colaborar para os esclarecimentos que a Comissão da Verdade se propõe a fazer em relação ao período da Ditadura Militar?

Sr. Carlos – Olha, em primeiro lugar eu não acreditei nessa Comissão da Verdade! Eu não acreditei e não acredito! Porque daqueles companheiros meus, e de outras pessoas que faziam parte de outro grupo, até hoje sente como se tivesse vivendo aquele período de “64”. Ainda temem! Ficam com medo!

E eu fui ver uma vez, que participei de uma vez, pra dar uma olhada, pra ver como é que funcionava, e não gostei não! Porque houve muita omissão, houve muita covardia...e essa... não ia trazer nada de novo para a gente! Não ia trazer nada de novo! Não ia trazer...mudança nenhuma! Não ia trazer benefício nenhuma! Porque essa Comissão...pra mim ela não esperou a verdade!

Ela foi montada num sentido de dar alguma resposta, não sei a quem! Mas que pra mim não achei muito importante não! Pra mim...eu não achei válido nada disso, e acharia que fosse mais importante que eles procurasse rever a nossa história, o período...tirasse do baú, como já existe alguns documentos do Exército que já tá aí a amostra, né?! Pra nós discutirmos e analisarmos aquela situação, pra ver de que maneira nós poderíamos mudar hoje! Nesse sentido! Nós fazermos uma avaliação dos prós e contras, o que foi que motivou...essa Revolução não ter acontecido de fato como deveria ser. O que foi que ocorreu?! O que foi que aconteceu?!

Então, acharia que essa Comissão da Verdade deveria buscar esses documentos e discutir de cidade em cidade, de escolas em escolas e trazer à tona o...aquilo que nós passamos, e fazer uma avaliação daquilo com as possibilidades que nós devemos tomar, e de que maneira nós precisamos fazer uma mudança que aí está! Eu acreditava mais nesse sentido aí! Mas pra mim...não acreditei muito não!... “Nessa verdade”!

M<sup>a</sup> Helena – E uma última pergunta: O que a sua trajetória militante representa para o senhor?

Sr. Carlos – Pra mim, como eu falei representa tudo! Vida, né?! Representa conhecimento é... representa maturidade...tá entendendo?! Representa pra mim acima de tudo o conhecimento que tenho, levar e distribuir com as pessoas nas palestras que faço!

Então, representa tudo pra mim! Representa avanço... tá entendendo?! De um conhecimento de um modo geral, e faz com que eu continue jogando a minha sementinha no lugar por onde eu passo! Isso que representa pra mim!

M<sup>a</sup> Helena – Ok! Obrigada pela entrevista, pelo seu tempo! Te agradeço muito!

Sr. Carlos – Quem agradece sou eu! Porque eu acho que na minha... em tudo que falo, faço...acho que é uma obrigação minha! Justamente para que a gente possa mostrara nossa vida, o que nós passamos, o nosso cotidiano que nós atravessamos. E eu creio que é mais uma obrigação! Que eu não devo omitir nem esconder nada! Pelo menos eu tô levando daquilo que eu passei para as pessoas que faz pesquisa, que estuda... e para as

peessoas que pode-se dizer que tá começando agora que não conhecia uma pouco da nossa história! Eu acho que é uma obrigação minha!

M<sup>a</sup> Helena – Obrigada!

## Apêndice C: Imagens

Carlos Mello, após entrevista.



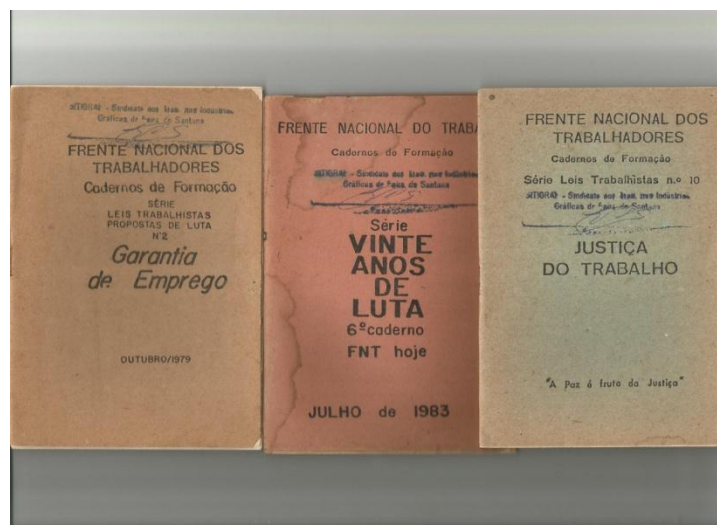
Foto: Natália Verena S. Conceição

Fotografias de amigos (Companheiros) do Sr. Carlos Mello.



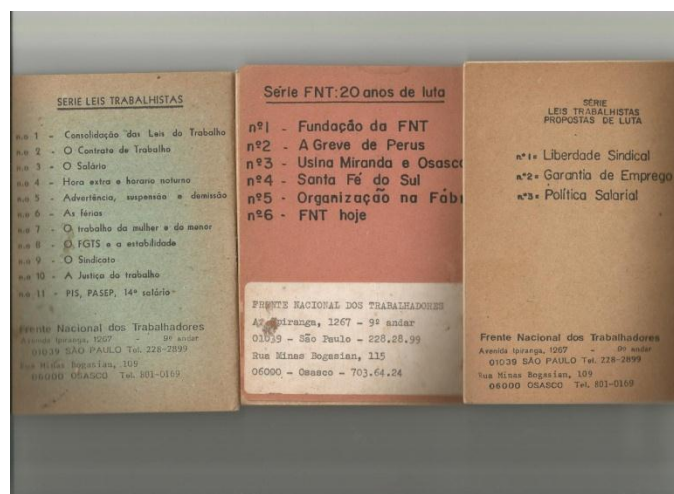
Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Natália Verena S. Conceição

## Cartilhas da Frente Nacional dos Trabalhadores (frente)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

## Cartilhas da Frente Nacional dos Trabalhadores (verso)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

## Certificado de participação em Seminário (frente)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

## Certificado de participação em Seminário (verso)



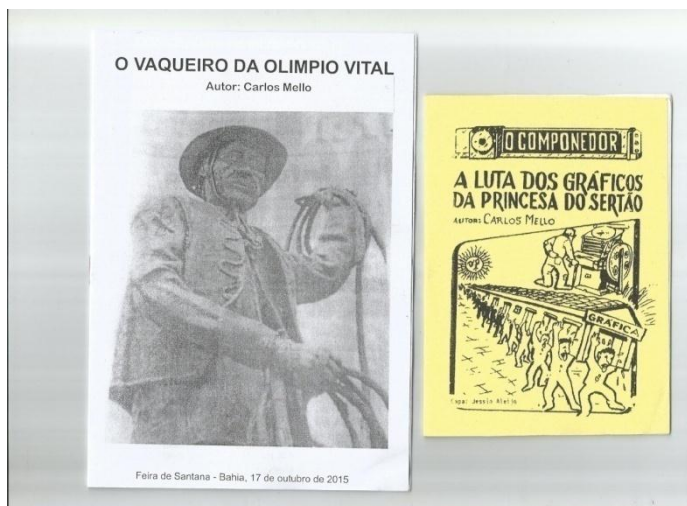
Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

### Recorte de jornal



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

### Cordéis escritos pelo Sr, Carlos Mello



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

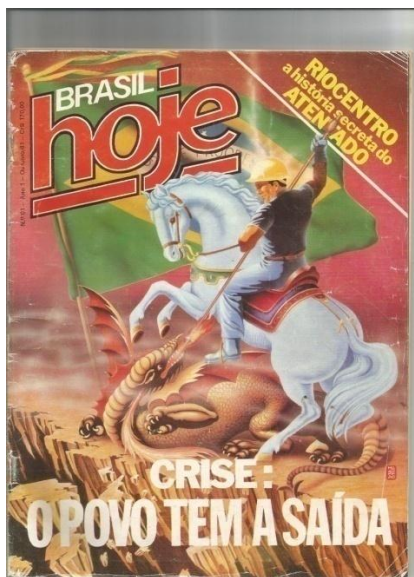
### Revista Brasil Hoje (ano 1981)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello Foto: Maria Helena Borges.



## Revista Brasil Hoje (ano 1981)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.

## Revista Brasil Hoje (ano 1981)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.



## Revista Brasil Hoje (ano 1981)



Arquivo pessoal do Sr. Carlos Mello  
Foto: Maria Helena Borges.